



# Manual de uso do Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe





**Manual de uso do  
Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe**

---

Este documento foi preparado pela Divisão de Assuntos de Gênero da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, CEPAL sob responsabilidade de Sonia Montañó, oficial a cargo da Divisão de Assuntos de Gênero. Alejandra Valdés, Coordenadora do Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe combinou os esforços para a sua realização.

O documento contou também com a colaboração de Ana María Arteaga, Alfonso Jaramillo, Paulina Pavez e Patrícia Provoste

Agradecem-se as valiosas colaborações do Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para a Promoção da Mulher (INSTRAW) e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPS) em sua revisão.

A Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e a Secretaria Geral Ibero-Americana contribuíram financeiramente para a elaboração deste Manual.

---

Publicação da CEPAL

LC/L.3223

ORIGINAL: Espanhol

Copyright © Nações Unidas, 2010. Todos os direitos reservados

Impresso em mayo, Santiago do Chile

A autorização para reproduzir total ou parcialmente esta obra deve ser solicitada ao Secretário da Junta de Publicações, Sede das Nações Unidas, Nova York, N.Y. 10017, Estados Unidos. Os Estados membros e suas instituições governamentais podem reproduzir esta obra sem prévia autorização. Só se solicita que mencionem a fonte e informem às Nações Unidas de tal reprodução.



# Manual de uso do Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe

[www.cepal.org/oig](http://www.cepal.org/oig)



# ÍNDICE

|  | Página    |
|--|-----------|
| <b>Apresentação</b>  | <b>9</b>  |
| <b>O Manual</b>  | <b>11</b> |
| <b>I. O Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe</b>                           | <b>13</b> |
| • A página web do Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe                     | 14        |
| • Antecedentes   | 16        |
| • Objetivos  | 17        |
| • Organizações participantes   | 18        |
| • Conformação do grupo de trabalho do Observatório de igualdade de gênero da América Latina e Caribe | 19        |
| <b>II. Conteúdos do Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe</b>               | <b>21</b> |
| • As áreas temáticas centrais  | 23        |
| • Indicadores de igualdade por área temática   | 24        |
| • Indicadores de igualdade por país  | 26        |
| • Indicadores regionais  | 30        |
| <b>III. Marco conceitual</b>   | <b>33</b> |
| • Enfoque de gênero  | 34        |
| • Autonomia das mulheres   | 35        |
| • Esfera do público e esfera do privado  | 36        |
| • Trabalho produtivo e trabalho reprodutivo  | 37        |
| • Direitos reprodutivos  | 38        |
| • Violência contra as mulheres   | 39        |
| <b>IV. Aspectos metodológicos</b>  | <b>41</b> |
| • Indicadores de gênero  | 42        |
| • Estatísticas de gênero   | 43        |
| • Fontes de informação   | 44        |
| • Atualização dos dados  | 45        |
| • Ficha técnica dos indicadores  | 46        |
| • CEPALSTAT  | 48        |

|  |           |
|--|-----------|
| <b>V. Indicadores de Autonomia física</b>  | <b>51</b> |
| • Indicador 1: Morte de mulheres ocasionada por seu parceiro ou ex-parceiro íntimo   | 52        |
| • Indicador 2: Maternidade em adolescentes   | 54        |
| • Indicador 3: Demanda insatisfeita de planejamento familiar   | 56        |
| • Indicador 4: Mortalidade materna   | 58        |
| <b>VI. Indicadores de Autonomia na tomada de decisões</b>  | <b>61</b> |
| • Indicador 1: Poder executivo   | 62        |
| • Indicador 2: Poder legislativo   | 64        |
| • Indicador 3: Poder judiciário  | 66        |
| • Indicador 4: Poder local (prefeitas)   | 68        |
| • Indicador 5: Poder local (vereadoras)  | 70        |
| • Indicador 6: Países que assinaram e ratificaram o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher | 72        |
| • Indicador 7: Nível hierárquico dos mecanismos para o avanço da mulher  | 74        |
| <b>VII. Indicadores de Autonomia econômica</b>   | <b>77</b> |
| • Indicador 1: População sem renda própria por sexo  | 78        |
| • Indicador 2: Tempo total de trabalho   | 80        |
| <b>Bibliografia</b>  | <b>83</b> |





## Apresentação

Depois de 15 anos de aprovação da Plataforma de Ação de Beijing na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, e de quase 30 anos de desenvolvimento de políticas de gênero, sem dúvida foram alcançados importantes avanços na América Latina. O Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe é um instrumento que além de mostrar esses progressos, assinala os temas em que, apesar dos compromissos adquiridos pelos países da região, ainda existem atrasos.

Entre as principais conquistas, cabe mencionar a institucionalização formal dos mecanismos para o avanço das mulheres em 39 países da região. Na América Latina, 35% dos países têm um ministério de igualdade de gênero ou entidade com autoridade ministerial nesta área; 20% criaram conselhos ou institutos anexos à presidência ou cujo titular é diretamente responsável ante a presidência e 45% têm entidades anexas a um ministério. No Caribe, 90% das entidades dependem de um ministério. Existe um grupo menor de países que ainda não cumpre com o compromisso assumido em Beijing de criar organismos, em alto nível hierárquico, destinados à implementação de políticas para alcançar a igualdade de gênero.

É preciso assinalar os avanços conquistados no que se refere a cargos de representação política e a exercício do poder. A presença de mulheres em tomada de decisões, ainda que heterogênea, hoje integra a agenda da região. A porcentagem de mulheres parlamentares nos diversos países varia de 40% na Argentina e Costa Rica a menos de 10% na Guatemala. Cabe destacar o caso do Chile, onde a chegada ao poder de Michelle Bachelet esteve acompanhada de uma agenda de paridade e de proteção social na qual as mulheres ocuparam um papel central.

Quando o Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe foi aprovado havia plena convicção da sua necessidade para dispor de mais e maior evidência quantitativa e qualitativa das conquistas e avanços realizados, para poder identificar os desafios e gerar respostas adequadas, assim como para contar com ferramentas que permitissem aos governos anteciparem-se às tendências e visualizar novos processos.

Em definitiva, trata-se de uma ferramenta que permite monitorar e dar seguimento às políticas públicas, antecipar-se aos processos sociais e dispor de evidência empírica a partir de dados oficiais a respeito da situação das mulheres e das desigualdades em relação aos homens, que exige dos países a implementação de sistemas de informação que expressem esta realidade.



## O Manual

O manual proposto tem como objetivo conhecer, familiarizar-se e interagir com a informação que oferece o Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe, constitui uma espécie de carta de navegação e compõe-se de sete capítulos.

O primeiro, intitulado **O Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe**, é de índole mais descritiva e se refere, dentre outros aspectos, ao contexto institucional que deu origem ao Observatório, seus principais objetivos e sua estrutura de funcionamento.

No segundo capítulo, **Conteúdos do Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe** descrevem-se em linhas gerais seus principais componentes e as distintas categorias de informação às quais é possível acessar.

O terceiro capítulo, **Marco conceitual**, enuncia brevemente os principais conceitos da teoria de gênero, associados com os indicadores de igualdade incluídos no Observatório.

No quarto capítulo, **Aspectos metodológicos**, faz-se referência aos aspectos e opções metodológicas incorporados ao Observatório, com o fim de ampliar a informação disponível e facilitar o seu uso.

Nos três últimos capítulos mostra-se como acessar e utilizar os indicadores de cada uma das áreas temáticas priorizadas pelo Observatório: o capítulo cinco centra-se nos **indicadores de autonomia física**; o capítulo seis nos **indicadores de autonomia na tomada de decisões** e o capítulo sete nos indicadores de **autonomia econômica**.

Na apresentação de cada um dos indicadores de igualdade, além da ficha técnica correspondente, proporciona-se informação acerca do que mede o indicador, sua relevância, as fontes de dados em que se baseiam os cálculos do indicador e a normativa internacional que os respaldam.

Este Manual baseou-se de maneira importante nas publicações *Guía de asistencia técnica para la producción y el uso de indicadores de género*, (CEPAL, 2006); e *Estadísticas para la equidad de género. Magnitudes y tendencias en América Latina* (Milosavljevic, 2007), ambas elaboradas pela Unidade da Mulher da CEPAL, e em *Objetivos de Desarrollo del Milenio. Informe 2006: una mirada a la igualdad entre los sexos y la autonomía de la mujer en América Latina y el Caribe* (2007), coordenado por essa Unidade (atualmente Divisão de Assuntos de Gênero da CEPAL).



## **I. O Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe**

- **Sítio web do Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe**
- **Antecedentes**
- **Objetivos**
- **Organizações participantes**
- **Conformação do grupo de trabalho do Observatório de igualdade de gênero da América Latina e Caribe**

## O sítio web do Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe

A autonomia das mulheres é um fator fundamental para garantir o exercício de seus direitos humanos em um contexto de plena igualdade e o controle sobre seu próprio corpo (autonomia física), a geração de renda e de recursos próprios (autonomia econômica) e a plena participação na tomada de decisões que afetam sua vida e sua coletividade (autonomia na tomada de decisões) e que constituem três pilares para alcançar maior igualdade de gênero na região.

Esta conceituação da autonomia das mulheres constitui, precisamente, o eixo em torno do qual se estrutura o sítio web do Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe, oferecendo aos usuários e às usuárias diversas alternativas de acesso à informação relacionada com cada uma das suas dimensões temáticas, seus respectivos indicadores, a legislação associada, as melhores práticas e os vínculos institucionais.

De qualquer ponto do sítio web, é possível ter acesso às diferentes áreas temáticas e seus indicadores, confirmando o princípio de integralidade e complementaridade existente entre elas.

Na primeira franja ou menú horizontal da portada do Observatório são apresentadas três pestanas destinadas a facilitar o início da navegação: as opções de idiomas em que se publica esta ferramenta, o acesso ao mapa do sítio, que permite visualizar de maneira geral o conteúdo do Observatório, e o mecanismo de busca, representado pela clássica lupa.

O segundo menú horizontal, situado imediatamente debaixo da franja anterior, constitui o eixo estruturante do Observatório, dado que contém tanto a principal via de acesso ao conteúdo do sítio —representada pela janela Indicadores de igualdade de gênero— quanto as de entrada a cada uma das três dimensões ou áreas temáticas em torno das quais se estrutura a informação do Observatório: autonomia física, autonomia na tomada de decisões e autonomia econômica, e seus respectivos indicadores. A cada uma destas áreas temáticas se designou uma cor específica como elemento identificador: vermelha, para a informação da autonomia física; azul, para a autonomia na tomada de decisões, e roxa para a autonomia econômica.

Na prática, todas as seções presentes no portal constituem por si mesmas páginas web que, em seu conjunto, formam **o sítio do Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe**.

Español | English | Français | Português | Mapa do site | Buscar

# Observatório

da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe

**Indicadores de igualdade**    **Autonomia física**    **Autonomia na tomada de decisões**    **Autonomia econômica**

Que é o Observatório?

Relatórios e estudos

Links

Notícias

Taller Internacional de Especialistas en sistemas electorales y participación política de  
mais notícias

Subscrições

CEPAL

**Divisão de Assuntos de Gênero**

A autonomia das mulheres na vida privada e pública é fundamental para garantir o exercício de seus direitos humanos. A capacidade para gerar renda própria e controlar ativos e recursos (autonomia econômica), o controle sobre seu corpo (autonomia física) e sua plena participação nas decisões que afetam a sua vida e a sua coletividade (autonomia na tomada de decisões) são os três pilares da igualdade de gênero e de uma cidadania igualitária.










## Antecedentes

Os principais marcos que estiveram presentes para a criação do Observatório da igualdade de Gênero foram os seguintes:

- ✓ **O Consenso de Quito** (agosto 2007), acordo alcançado na décima Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, onde os países participantes solicitaram à CEPAL que, junto com outras organizações do sistema das Nações Unidas, “colabore com os Estados membros que assim o solicitem no seguimento do cumprimento dos acordos adotados por meio da criação de um observatório da igualdade que contribua ao fortalecimento dos mecanismos nacionais de gênero”.
- ✓ **A quarta reunião da Conferência Estatística das Américas**, (Santiago, julho 2007), onde se decidiu incluir entre seus objetivos estratégicos a promoção e o desenvolvimento das estatísticas de gênero e se alocou à CEPAL a função de secretaria técnica de um novo grupo de trabalho coordenado pelo México e criado “com o propósito de alentar os esforços para sistematizar a informação estatística nacional com enfoque de gênero (...) e o envio sistemático e regular à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe da informação estatística correspondente para o seguimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (...)”.
- ✓ **O Programa de Ação da XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo**, (Santiago, novembro de 2007) onde foram incorporados os termos do Consenso de Quito e se instruiu à Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB) para que em estreita coordenação com os Estados membros, colaborasse com a criação de um observatório da igualdade de gênero que contribuísse ao fortalecimento dos organismos nacionais para o avanço e a equidade de gênero, e ao seguimento e valorização das políticas de igualdade nos países que assim o solicitassem.

No âmbito do mandato do Consenso de Quito, posteriormente, em outubro 2008, efetuaram-se dois eventos importantes:

- ✓ **A Reunião técnica de expertos em estatísticas de gênero para a análise dos indicadores do Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe** (*Aguascalientes*, México, outubro 2008), onde se decidiu concentrar os esforços em um número limitado porém significativo de indicadores estratégicos para o seguimento do Consenso de Quito;
- ✓ **A Reunião técnica sobre o estabelecimento do Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe** (*Port of Spain*, outubro 2008) onde se debateram e efetuaram recomendações sobre os indicadores estratégicos relacionados com o Caribe e em relação às funções que desempenharia cada um de seus componentes.



## Objetivos

O Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe foi concebido como uma ferramenta para dar seguimento à agenda emanada do Consenso de Quito, apoiar os governos na análise da realidade regional, monitorar as políticas públicas de gênero e a aplicação dos acordos internacionais e brindar apoio técnico e capacitação aos mecanismos para o avanço da mulher (MAM) e aos institutos nacionais de estatística (INE) dos países que o solicitem.

Seus principais objetivos são:

- ✓ **Analisar e dar visibilidade ao cumprimento de metas e objetivos específicos em torno à igualdade de gênero na região**

Para cumprir com esta tarefa, o Observatório põe à disposição dos governos uma série de indicadores de igualdade de gênero e ferramentas analíticas para a formulação de políticas; mantém atualizado o seguimento dos temas relevantes para a igualdade de gênero e das melhores práticas em políticas de gênero e oferece uma plataforma tecnológica que permite o acesso à informação sistematizada e de fácil uso mediante um portal *on-line*.

- ✓ **Brindar apoio técnico e capacitação**

Considerando que a assistência técnica é uma das suas principais atividades, o Observatório buscará fortalecer a relação entre os institutos nacionais de estatística, os mecanismos para o avanço da mulher e outras instâncias públicas que participam na formulação de políticas de igualdade de gênero.

- ✓ **Fazer um diagnóstico das desigualdades entre mulheres e homens**

A cada ano, o Observatório fará um informe no qual analisará a evolução dos indicadores e abordará um tema específico; também, serão retomadas e analisadas as políticas que vêm sendo aplicadas em relação com a agenda de Quito.

O Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe não só ocupa um importante papel nos processos de seguimento de políticas públicas, mas também promove iniciativas da sociedade civil destinadas ao exercício do controle cidadão tanto dos compromissos contraídos pelos países quanto à igualdade de gênero como dos resultados que vêm sendo obtidos com as políticas adotadas.

## Organizações participantes

O Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe é um projeto interinstitucional no qual participam as seguintes organizações do sistema das Nações Unidas e da cooperação internacional, por meio de apoio financeiro e técnico.

- ✓ **INSTRAW**, Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para a Promoção da Mulher. Apoia o desenvolvimento de indicadores de igualdade de gênero e base de dados sobre acesso à tomada de decisões no nível local e a coordenação de suas atividades afins.
- ✓ **OPS**, Organização Pan-Americana da Saúde. Apoia o desenvolvimento de indicadores de igualdade de gênero, a realização de publicações e presta assessoria técnica.
- ✓ **UNIFEM**, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Apoia quanto a publicações, pesquisas, assessoria técnica e capacitação.
- ✓ **PNUD**, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Oferece financiamento para a coleta de boas práticas em políticas de igualdade de gênero.
- ✓ **UNFPA**, Fundo de População das Nações Unidas. Apoia o desenvolvimento de indicadores, estudos e presta assistência técnica.
- ✓ **AECID**, Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Apoia financeiramente as atividades gerais do Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe, especialmente, dentre outras, atividades de pesquisa, assessoria técnica e treinamento.
- ✓ **SEGIB**, Secretaria Geral Ibero-Americana. Apoia as atividades gerais do Observatório em termos de pesquisa, assessoria técnica e cooperação horizontal.
- ✓ **CEPAL**, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. É a secretaria técnica e responsável por implementar o Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe e por coordenar suas atividades.

## Conformação do grupo de trabalho do Observatório de igualdade de gênero da América Latina e Caribe

O Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe funciona com o seguinte esquema orgânico:

- ✓ **Mesa Diretiva da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe.** Órgão político do Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe que define suas prioridades e orientações temáticas, analisa e aprova o plano de trabalho anual apresentado pela secretaria técnica, avalia o desempenho das atividades e produtos, formula sugestões e observações e recebe informação periódica sobre as atividades realizadas. Também se encarrega de solicitar informação estatística, documental e programática aos institutos nacionais de estatísticas dos países da região, com o fim de alimentar e atualizar os indicadores, as boas práticas e as áreas temáticas do Observatório.
- ✓ **Grupo de trabalho sobre estadísticas de gênero da Conferência de Estatística das Américas da CEPAL.** Órgão chave para a produção de estatísticas de gênero na região que atua como grupo técnico consultivo para melhorar a qualidade estatística dos indicadores e formula recomendações sobre a coleta de dados e seu processamento. Também emite recomendações sobre o plano de trabalho do Observatório é um importante foro de consulta e cooperação técnica entre os institutos nacionais de estatística e os mecanismos para o avanço da mulher.
- ✓ **Programa de Ação da XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.** Em seu Programa de Ação instrui-se a SEGIB para que, em cumprimento do acordo número 3 do Consenso de Quito, junto com as organizações do sistema das Nações Unidas e em colaboração com os Estados membros, colabore com a criação do Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe, contribua ao fortalecimento dos organismos nacionais para o avanço e a equidade de gênero, e ao seguimento e valorização das políticas de igualdade, nos países que assim o solicitem<sup>1</sup>.
- ✓ **Grupo de trabalho interinstitucional.** É composto pelas organizações do sistema das Nações Unidas que apoiam o Observatório e os organismos doadores, pela AECID e a SEGIB. Suas funções são entregar assistência técnica aos mecanismos para o avanço das mulheres e aos institutos nacionais de estatística, para o desenvolvimento de indicadores específicos, planejar as atividades interinstitucionais e fornecer recursos financeiros e técnicos.
- ✓ **Secretaria técnica (CEPAL).** É responsável pela execução do projeto e se encarrega de, dentre outras funções, produzir os indicadores e as bases de dados, coordenar os aportes dos organismos participantes, facilitar a cooperação horizontal entre os países e proporcionar assistência técnica aos governos. Também deve prestar contas das atividades realizadas à Mesa Diretora e submeter à consideração desta os conteúdos e procedimentos do Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe.

---

1. Os termos do Consenso de Quito foram incorporados ao Programa de Ação da XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo (Santiago, 8 a 10 de novembro de 2007).



## **II. Conteúdos do Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe**

- **As áreas temáticas centrais**
- **Indicadores de igualdade por área temática**
- **Indicadores de igualdade por país**
- **Indicadores regionais**



## Áreas temáticas centrais

A autonomia das mulheres constitui o eixo articulador das três áreas temáticas privilegiadas no Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe, em função das quais se identificaram indicadores que mostram desigualdades críticas. Estas áreas temáticas são as seguintes:

- ✓ **Autonomia física**, expressada em duas dimensões que mostram dois problemas sociais relevantes na região: os direitos reprodutivos das mulheres e a violência de gênero.
- ✓ **Autonomia na tomada de decisões**, referida à presença das mulheres na tomada de decisões em distintos níveis de poderes do Estado e às medidas para promover sua participação plena e em igualdade de condições.
- ✓ **Autonomia econômica**, entendida como a capacidade das mulheres de gerar renda e recursos próprios, a partir do acesso ao trabalho remunerado em igualdade de condições com os homens. Considera o uso do tempo e a contribuição das mulheres à economia.

Os diversos temas e indicadores que formam parte do Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe refletem a agenda regional emanada do Consenso de Quito, transversal à vida pública e privada de mulheres e homens.

## Indicadores de igualdade por área temática

O Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe desenvolveu um número reduzido, mas significativo de indicadores compatíveis com o seguimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e do cumprimento da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, que oferecem uma visão sintética e comparativa dos avanços e dos obstáculos que os países enfrentam para alcançar maior igualdade de gênero, com o fim de orientar as políticas públicas destinadas a este efeito.

Os indicadores desenvolvidos são os seguintes:

### ✓ **Autonomia física**

- Morte de mulheres ocasionada por seu parceiro ou ex-parceiro íntimo
- Maternidade em adolescentes
- Demanda insatisfeita de planejamento familiar
- Mortalidade materna

### ✓ **Autonomia na tomada de decisões**

- Poder executivo
- Poder legislativo
- Poder judiciário
- Poder local (prefeitas)
- Poder local (vereadoras)
- Países que assinaram e ratificaram o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher
- Nível hierárquico dos mecanismos para o avanço da mulher

### ✓ **Autonomia econômica**

- População sem renda própria por sexo
- Tempo total de trabalho



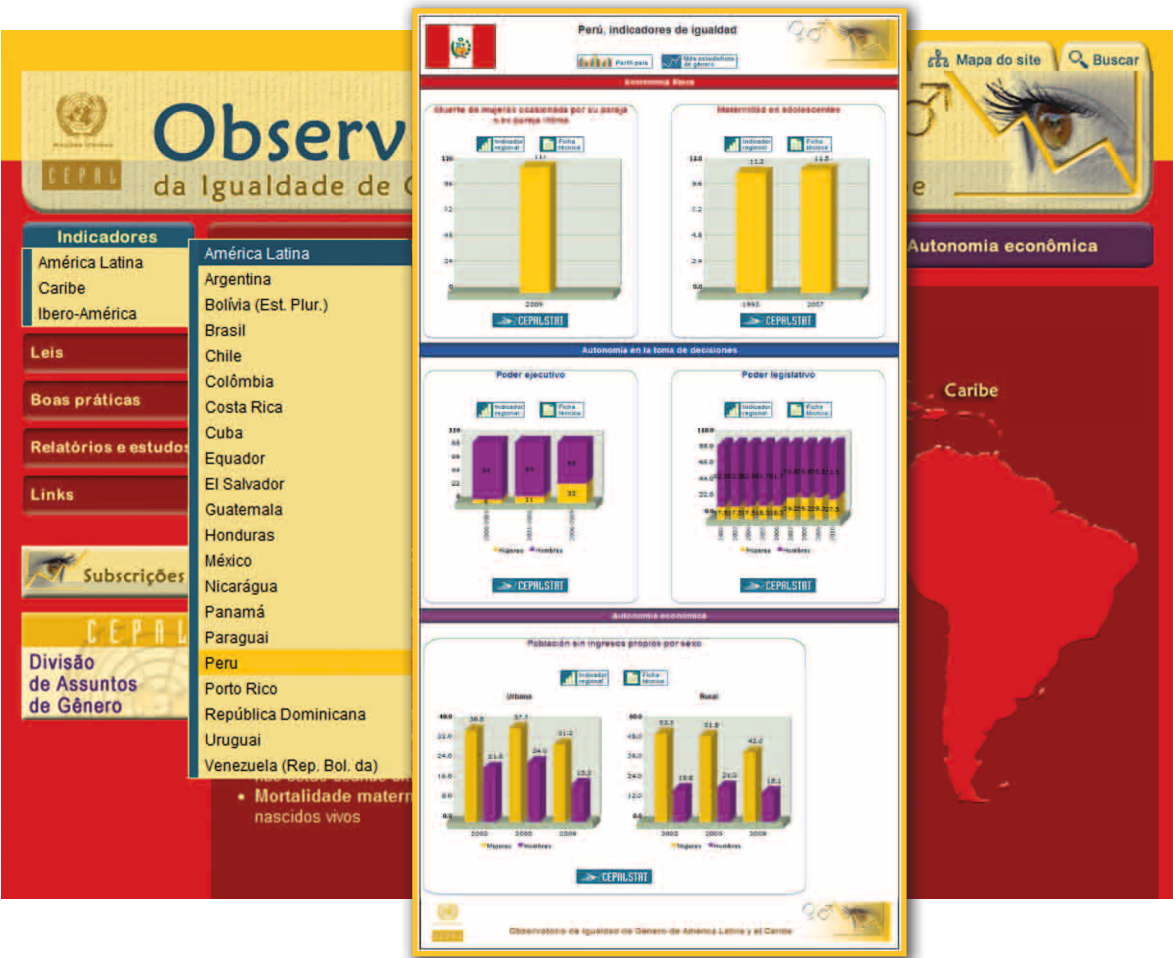


# Indicadores de igualdade por país

## Indicadores de igualdade por país

A partir do portal ou de cada área temática tem-se acesso ao botão Indicadores de igualdade, que permite obter uma visão geral da igualdade de gênero em cada país. Ao selecionar um país, abre-se uma página que mostra todos os indicadores nacionais separados por área temática. Assim é possível analisar em nível nacional o comportamento de cada indicador durante a última década. Também se pode ter acesso a eles ao escolher um país no mapa, onde se ressaltam os indicadores da área selecionada.

Ao abrir esta página aparecem também dois links com informação complementar que se encontram na página de Estatísticas da Divisão de Assuntos de Gênero da CEPAL: Perfil país e Mais estatísticas de gênero.



## Enlace Perfil País

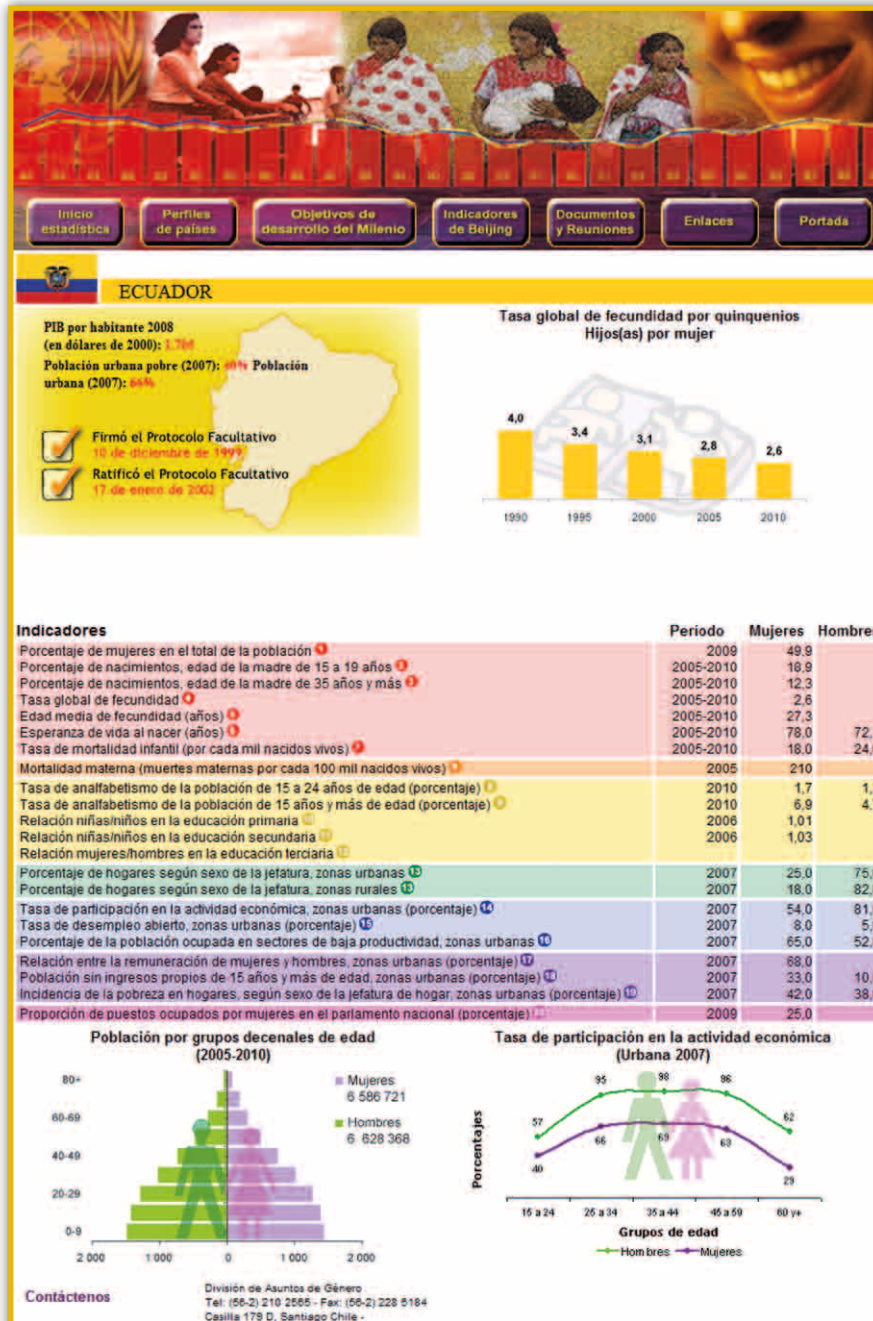
No perfil de cada país apresentado pela Divisão de Assuntos de Gênero da CEPAL expõe-se um conjunto básico de indicadores que oferece uma perspectiva geral da situação da mulher e da equidade de gênero, por meio de dados de índole econômica e demográfica como o produto interno bruto, a porcentagem de população em situação de pobreza e grau de urbanização de cada país, os padrões de fecundidade feminina, a idade média e os nascimentos relacionados com mães adolescentes, entre outros. No âmbito da educação apresentam-se os diferentes níveis de acesso a ela e as taxas de analfabetismo. A mortalidade materna —por sua persistência e capacidade de evitá-la— expõe-se como um indicador chave de saúde. Na esfera do trabalho e da renda, informa-se sobre a evolução da participação nas atividades econômicas, o desemprego, a porcentagem de ocupadas em empregos de baixa produtividade e as brechas de renda. A porcentagem de mulheres sem autonomia econômica é visualizada por meio da população que não dispõe de renda própria. A situação de vulnerabilidade das mulheres reflete-se na maior incidência de pobreza em famílias com chefatura feminina. A proporção de postos do parlamento ocupados por mulheres, por sua vez, mostra a sua escassa representação em cargos de eleição popular e em instâncias de poder.

## Enlace Mais estatísticas de gênero

Nas pestanas do sítio Estatísticas e indicadores de gênero, o qual se acessa a partir do enlace Mais estatísticas de gênero, pode-se ver o seguinte:

- ✓ **Perfil do país**, explicado anteriormente.
- ✓ Informes dos avanços relacionados com o **terceiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM)** na região, que reúne três indicadores oficiais para refletir o grau de igualdade de gênero na educação, no trabalho e na participação política. Também dá acesso aos informes nacionais sobre o cumprimento dos ODM em cada um dos países da região e proporciona informação sobre documentação de referência relacionada com o tema.
- ✓ **Indicadores de Beijing** por áreas temáticas, assinalando em cada caso os objetivos estratégicos perseguidos, a metodologia de cálculo, a fonte em que se baseiam os indicadores selecionados e as referências bibliográficas sobre o tema.
- ✓ **Documentos relacionados com estatísticas de gênero publicados pela CEPAL** de maio de 1999 até a data, que apresentam reuniões técnicas sobre o tema e as guias metodológicas, boletins especializados ou pesquisas realizadas em função de determinados indicadores como violência contra a mulher e uso do tempo, entre outros.
- ✓ **Enlaces** com projetos sobre indicadores de gênero efetuados pela CEPAL, os mecanismos para o avanço da mulher e institutos nacionais de estatísticas dos países da região e com os organismos relacionados com estatísticas de gênero do sistema de Nações Unidas.

## Perfil do Pais





## Mais estatísticas de gênero

[Inicio estadística](#)
[Perfiles de países](#)
[Objetivos de desarrollo del Milenio](#)
[Indicadores de Beijing](#)
[Documentos y Reuniones](#)
[Enlaces](#)
[Portada](#)

### Estadísticas e indicadores de género

[Introducción](#)

|  |   |  |
|--|---|--|
| Población                              | Población total, según sexo   |  |
|  | Población, por áreas urbana y rural, según sexo                           |  |
|  | Distribución porcentual de la población en áreas urbana y rural, por sexo |  |
|  | Distribución de la población por sexo y grupos de edad                    |  |
|  | Tasa global de fecundidad   |  |
|  | Tasa de crecimiento de la población, por sexo y según grupos de edad      |  |
|  | Relación de dependencia demográfica, por grupos dependientes, según sexo  |  |
|  | Tasa de mortalidad infantil, por sexo (CELADE-NU)                         |  |
| Esperanza de vida al nacer, según sexo |   |  |
| Hogar y familia                        | Población y hogares   | Distribución de la población por tramos de edad y sexo, según estado conyugal, zonas urbanas (Serie encuesta)                          |
|  |   | Distribución de la población por tramos de edad y sexo, según sexo del jefe de hogar (Serie encuesta)                                  |
|  |   | Distribución de la población por tramos de edad y sexo, según posición familiar o parentesco (Serie encuesta)                          |
|  | Jefatura y hogares- Distribución porcentual                               | Tipos de hogares particulares urbanos, según sexo del jefe de hogar (Serie encuesta)   |
|  |   | Distribución de los hogares encabezados por mujeres y hombres, según la presencia de cónyuge (Serie encuesta)                          |
|  |   | Distribución de la jefatura femenina y masculina, según tipología de hogar (Serie encuesta)  |
|  |   | Distribución de los hogares encabezados por mujeres y hombres, según estado conyugal y presencia de hijos en el hogar (Serie encuesta) |
|  | Jefatura y hogares- Composición porcentual                                | Porcentaje de hogares con jefatura femenina, según tipología del hogar (Serie encuesta)  |
|  |   | Distribución de los hogares encabezados por mujeres y hombres, según tramos de edad (Serie encuesta)                                   |
|  |   | Porcentaje de hogares donde una mujer es la principal aportante de ingresos, según tipología de hogar (Serie encuesta)                 |

Estadísticas de América Latina y El Caribe

English version

División de Asuntos de Género

**Contáctenos**

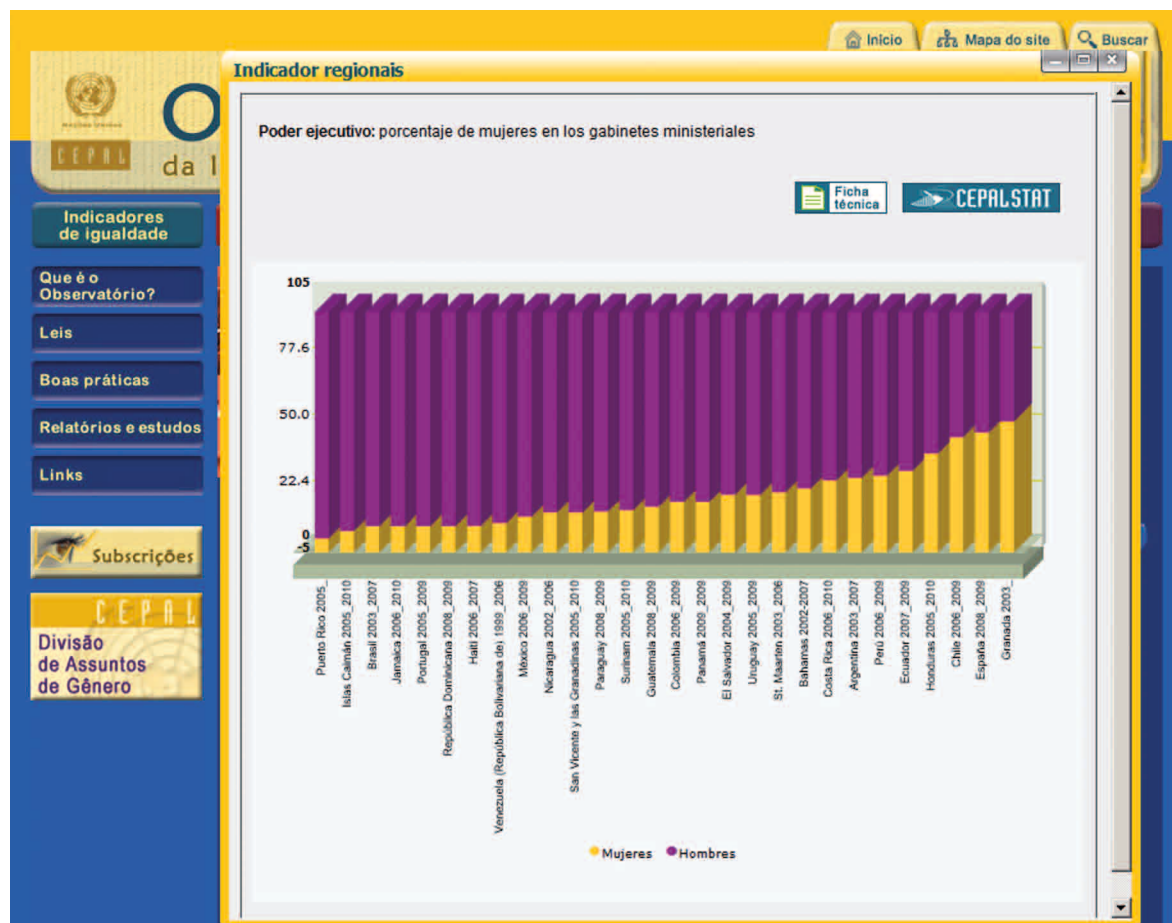
División de Asuntos de Género  
Tel: (56-2) 210 2565 - Fax: (56-2) 228 5184  
Casilla 179 D, Santiago Chile

## Indicadores regionais

A partir de cada uma das áreas temáticas do Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe pode-se ver a informação que proporcionam os indicadores de igualdade de uma perspectiva dupla: regional e por país. Em ambos casos, o conjunto de indicadores por área temática é o mesmo, variando somente sua forma de apresentação, calculando a média quando existem cifras comparáveis e desagregando no que diz respeito aos indicadores de igualdade por país.

O acesso à informação que os indicadores regionais oferecem é de grande utilidade, dado que junto com proporcionar uma visão de conjunto e desagregada por sexo da situação que o indicador mede, permite efetuar comparações entre países e daí visualizar os desafios que cada um deles enfrenta no caminho para a superação das desigualdades entre homens e mulheres.

Também a partir das janelas correspondentes aos diversos países é possível ter acesso –por meio dos botões Perfil país e Mais estatísticas de gênero— a vínculos de informação estatística elaborada pela CEPAL e pela Divisão de Assuntos de Gênero da CEPAL, respectivamente.







### **III. Marco conceitual**

- **Enfoque de gênero**
- **Autonomia das mulheres**
- **Esfera do público e esfera do privado**
- **Trabalho produtivo e trabalho reprodutivo**
- **Direitos reprodutivos**
- **Violência contra as mulheres**

## Enfoque de gênero

O conceito de gênero se refere à construção social das relações entre homens e mulheres, aprendidas por meio do processo de socialização, que mudam com o tempo e que apresentam uma grande variedade entre as diversas culturas e, inclusive, dentro de uma mesma cultura. É uma categoria analítica imprescindível para compreender a desigualdade em âmbitos considerados neutros, como a família, a educação ou o mercado de trabalho e particularmente no âmbito da filosofia, da ciência política e das ideias que inspiram os princípios democráticos.

A aplicação do enfoque de gênero na análise da realidade permite visualizar e reconhecer a maneira em que como operam as relações de gênero nos distintos âmbitos do desenvolvimento das pessoas e da sociedade, assim como a existência de relações de hierarquia e desigualdade entre homens e mulheres. Também permite observar de que modo funcionam as considerações neutras quanto ao gênero existentes nas políticas públicas e, em consequência, seus efeitos nos sujeitos aos quais se dirigem.

O enfoque de gênero —que costuma ser equiparado à expressão “perspectiva de gênero”— constitui o marco conceitual que, ao ser incorporado à análise da situação de homens e mulheres em diferentes planos e esferas experienciais da vida social, permite detectar as desigualdades existentes entre ambos e, a partir delas, formular e implementar medidas e políticas que assegurem às mulheres o pleno exercício de seus direitos cidadãos, políticos, econômicos e culturais em igualdade de condições com os homens.

De acordo com o anterior, o enfoque de gênero constitui uma perspectiva teórico-metodológica que supõe uma forma particular de analisar a realidade e obter diagnósticos sobre a situação de homens e mulheres, formular e implementar novas intervenções e avaliar e dimensionar seus resultados e impactos.

## Autonomia das mulheres

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) do Cairo (1994) significou uma verdadeira mudança de paradigma, que permitiu passar de um enfoque estritamente demográfico a uma nova visão do desenvolvimento e dos direitos das mulheres. A linha que dividiu o debate e que concluiu com o Programa de Ação aprovado permitiu a construção inédita de um consenso mundial em torno à autonomia das mulheres, conceito que foi retomado nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

No informe *Objetivos de Desarrollo del Milenio: una mirada desde América Latina y el Caribe*, a autonomia foi definida como “o grau de liberdade que uma mulher tem para poder agir de acordo com a sua escolha e não com a de outros. Nesse sentido, existe uma estreita relação entre o ganho de autonomia das mulheres e os espaços de poder que possam instituir, tanto individual como coletivamente” (Nações Unidas, 2005, p. 114). Isto é, maior capacidade e condições concretas que lhes permitam tomar livremente as decisões que afetam as suas vidas.

A conquista de maior autonomia supõe liberar as mulheres da exclusividade nas responsabilidades reprodutivas e de cuidado, o que inclui exercer os direitos reprodutivos, pôr fim à violência de gênero e adotar todas as medidas necessárias para que participem em igualdade de condições na tomada de decisões.

Em cada um dos aspectos assinalados existem desigualdades e práticas discriminatórias que os Estados devem responder com políticas públicas consistentes para alcançar a autonomia física, econômica e política das mulheres.

## Esfera do público e esfera do privado

Um dos eixos da teoria de gênero é a crítica à divisão entre a esfera do público (associada historicamente ao político, econômico e, em geral, a atividades consideradas propriamente masculinas), em contraposição ao privado, referido ao âmbito familiar, doméstico e pessoal, considerado propriamente feminino.

Esta alocação dicotômica dos espaços tem tido graves consequências para as mulheres, já que serviu e tem estado na base do status jurídico diferente que lhes designaram em relação aos homens na sociedade: estes foram reconhecidos como cidadãos com plenos direitos para participar das decisões do Estado e na vida pública, enquanto as mulheres foram circunscritas à esfera privada e, principalmente, ao âmbito doméstico.

Outro dos efeitos negativos desta distinção radica no fato de que o trabalho relacionado com a esfera pública seja remunerado, enquanto o vinculado à esfera privada, não. A isso se agrega que o trabalho doméstico (âmbito do privado) recaia majoritariamente sobre as mulheres, não obstante elas de maneira crescente estejam também desenvolvendo atividades (políticas, organizativas, econômicas) no âmbito do público, traduzindo-se em jornadas de trabalho duplas ou tríplices.

Ainda que as mulheres tenham logrado subverter as lógicas de constituição do público como um âmbito de ação propriamente masculino e do privado como prioritariamente feminino, e obtido avanços significativos na conquista de igualdade como cidadãs plenas, esta situação ainda não se reflete, por exemplo, em um acesso igualitário a esferas de poder e a instâncias de decisão.

## Trabalho produtivo e trabalho reprodutivo

A partir da divisão e da maneira de perceber os espaços experienciais de homens e mulheres se estabelece a divisão entre o trabalho produtivo, vinculado à obtenção, transformação e intercâmbio de bens (tarefas alocadas tradicionalmente aos varões) e o trabalho reprodutivo, definido culturalmente de responsabilidade das mulheres.

O trabalho reprodutivo compreende o desempenho de duas categorias fundamentais de atividades: aquelas relacionadas com a reprodução biológica: gestação, parto e lactância dos/as recém nascidos/as; e as que implicam a reprodução social, ou seja, todas as tarefas necessárias para a manutenção da casa e a reprodução do grupo familiar, incluindo criar, educar, alimentar, atender e cuidar dos membros da família, como também a transmissão dos costumes e dos valores do grupo social.

As atividades produtivas são socialmente valorizadas e outorgam status e poder a aqueles que as efetuam. No entanto, não ocorre o mesmo com as correspondentes ao trabalho reprodutivo, que não implicam aporte econômico e carecem de valor social.

Como produto das diferenças no posicionamento e valorização social que se dá ao trabalho produtivo e reprodutivo, as relações de gênero constituem instrumentos de poder e dominação, principalmente dos homens sobre as mulheres.

Enquanto não se superem as separações clássicas entre o público e o privado, o produtivo e o reprodutivo, ou seja, a lógica dicotômica em que se apoia a distribuição de papéis e de espaços de interação alocados culturalmente a homens e mulheres na sociedade, por mais que as mulheres ampliem suas áreas de ação e seus papéis sociais, continuarão reproduzindo-se as desigualdades entre os sexos.

## Direitos reprodutivos

Os direitos reprodutivos constituem um conjunto de direitos referidos às decisões sobre a tomada de decisões livres e informadas sobre a própria vida reprodutiva e ao exercício voluntário e seguro do controle da fertilidade, livre de discriminação, coerção ou violência. Implica o direito a desfrutar dos níveis mais altos de saúde sexual e reprodutiva, entendendo-se esta como o “estado geral de bem-estar físico, mental e social e não a mera ausência de enfermidades ou doenças em todos os aspectos relacionados com o sistema reprodutivo e suas funções e processos. Em consequência, a saúde reprodutiva inclui a capacidade de desfrutar de uma vida sexual satisfatória e sem riscos, de procriar, assim como a liberdade de decidir fazê-lo ou não fazê-lo, quando e com que frequência” (parágrafo 7.2 do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, 1994).

Em termos práticos, é o direito de todo casal ou de cada homem ou mulher de decidir em forma individual, livre e responsabilmente o número de filhos e filhas e os espaços temporais entre os nascimentos, que devem ser incluídos na esfera global dos direitos humanos, levando em consideração, especialmente, o direito das mulheres à sua saúde reprodutiva. Portanto, trata-se de uma visão integradora do direito à saúde reprodutiva, que não se limita somente aos aspectos individuais da mulher ou do casal, mas que se amplia ao espaço social e cultural em que se desenvolvem para, desse modo, aspirar a procriar em um ambiente de maior segurança individual e coletiva.

A saúde reprodutiva assim concebida considera o direito de cada mulher a não morrer por causas evitáveis relacionadas com a gestação ou com o parto, assim como o seu direito à integridade pessoal, a viver uma vida livre de violência e de exploração sexual, à intimidade e à vida privada, à igualdade e à não discriminação por razões de gênero, ao casamento e a fundar uma família, à educação, que inclui a de caráter sexual e reprodutiva, à informação adequada e oportuna em todos os campos de sua vida, a modificar os costumes discriminatórios contra a mulher e o direito a desfrutar do progresso científico na área da reprodução humana, o que inclui o direito de não ser objeto de experimentação nesse mesmo campo.

## Violência contra as mulheres

Por violência de gênero se entende qualquer ação ou conduta contra pessoas do sexo feminino, que tenha ou possa ter como resultado o dano ou o sofrimento físico, sexual ou psicológico ou morte da mulher, assim como também a ameaça, coação ou a privação de liberdade, seja na vida pública ou privada (artigo 1 da Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher).

A violência que muitas mulheres vivem reflete uma situação generalizada, onde não há distinção de raça, classe, religião, idade ou de qualquer outra condição. Reconhece-se que é uma ofensa à dignidade humana e uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres.

O Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), recomendações ao longo dos últimos anos juntou recomendações instando os Estados a adotar medidas que eliminem a violência contra a mulher por ser mulher ou aquela que a afeta em forma desproporcional. Foram incluídos atos que ocasionam danos ou sofrimentos de índole física, mental ou sexual, ameaças de cometer esses atos, coação e outras formas de privação de liberdade.

O Comitê destaca que a discriminação e a violência contra as mulheres são duas caras da mesma moeda, quando em sua Recomendação geral 19 estabelece que a violência contra a mulher é uma forma de discriminação que impede o gozo de direitos e liberdades em condições de igualdade com o homem. Por outro lado, assinala que para proteger as mulheres da violência requer-se que os Estados assumam seus deveres, dentre os quais destaca o fomento da educação social quanto à igualdade entre homens e mulheres.

Desse modo, os governos dos países participantes da décima Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe (celebrada em Quito, de 6 a 9 de agosto de 2007), representados por ministras e mecanismos para o avanço das mulheres, estabeleceram no ponto 19 do Consenso de Quito a “rejeição da violência estrutural, que é uma forma de discriminação contra as mulheres e um obstáculo para alcançar a igualdade e a paridade nas relações econômicas, trabalhistas, políticas, sociais, familiares e culturais, e que impede a autonomia das mulheres e sua plena participação na tomada de decisões”.

A difusão dos direitos humanos das mulheres e dos compromissos assumidos pelos governos nos foros internacionais para fazer valer estes direitos, tem trazido uma crescente demanda de informação que permita quantificar e caracterizar as diversas manifestações da violência de gênero, assim como monitorar os avanços nas ações para sua erradicação.





## **IV. Aspectos metodológicos**

- **Indicadores de gênero**
- **Estatísticas de gênero**
- **Fontes de informação**
- **Atualização dos dados**
- **Ficha técnica dos indicadores**
- **CEPALSTAT**

## Indicadores de gênero

**Os indicadores de igualdade de gênero** são ferramentas que se constroem a partir do reconhecimento das disparidades que afetam as mulheres em relação aos homens no âmbito familiar, social, econômico, político, cultural, e medem a brecha ou distância que separa o nível alcançado por cada um. Em tal sentido, os indicadores de igualdade de gênero constituem instrumentos que permitem comparar não só a realidade de homens e mulheres num determinado período de tempo e âmbito da vida social, mas simultaneamente outorgar visibilidade às desigualdades existentes entre eles e medir as mudanças produzidas nas relações de gênero.

Assim, os indicadores de igualdade de gênero servem para identificar as principais disparidades que afetam as mulheres em relação aos homens em um determinado contexto e sociedade, e estabelecer a magnitude da distância que falta superar para alcançar a equidade. Desta perspectiva, mostram comparativamente a posição em que se encontram mulheres e homens em relação a um fenômeno em um determinado momento.

Para a elaboração dos indicadores quantitativos de igualdade de gênero, é indispensável dispor de cifras confiáveis e de uma desagregação sistemática dos dados por sexo. A situação da mulher em cada país, por sua vez, deve ter como referência a dos homens do mesmo país ou a de outras mulheres de grupos sociais, etários e étnicos diferentes, procurando explicitar o valor que alcançaria o indicador em uma situação de equidade socialmente considerada, de modo que se possa apreciar quão distante ou próxima se encontra da situação de igualdade.

**Os indicadores de igualdade de gênero** são de crucial importância dado que permitem:

- ✓ Tornar visíveis as desigualdades entre homens e mulheres, e o que isso implica em termos de oportunidades e de acesso aos benefícios do desenvolvimento;
- ✓ Aumentar a consciência sobre estas desigualdades e contribuir à formulação de políticas públicas e medidas destinadas a superá-las;
- ✓ Gerar e oferecer uma base de informação imparcial a partir da qual formular planos e políticas;
- ✓ Identificar a existência ou ausência de estatísticas sobre determinadas problemáticas de gênero e gerar retroalimentação e unificar critérios entre países para melhorar os métodos de registro e obter dados estatísticos comparáveis entre países,
- ✓ Dar seguimento (monitorar), avaliar e exercer controle cidadão sobre os efeitos das políticas e medidas que se adotem.

## Estatísticas de gênero

É a informação que se produz para dar visibilidade e comparar a situação das mulheres e dos homens em diversos âmbitos da vida social, econômica, cultural e política de um país. Para produzir estatísticas de gênero é preciso que os instrumentos de coleta de informação considerem a realidade de uns e de outros.

O enfoque de gênero nas estatísticas contempla considerar que os papéis, funções, tarefas e responsabilidades que se alocam e cumprem os homens e as mulheres na sociedade são diferentes, o que implica que:

- ✓ Os instrumentos estatísticos devem captar e consignar informação que mostre a realidade específica de homens e mulheres. Para isso, é preciso que os instrumentos incorporem nos questionários (fontes de informação) tanto perguntas quanto categorias de respostas compatíveis com a realidade de um e de outro sexo.
- ✓ É indispensável o treinamento do pessoal de campo nesta especificidade da realidade de homens e mulheres, de modo a evitar que durante as entrevistas se introduzam distorções que impeçam descobrir as possíveis desigualdades existentes entre eles;
- ✓ Durante todas as etapas do processo de tratamento da informação, validação, processamento, aplicação de métodos de classificação, atribuição ou estimativa, deve ser considerado o sexo das pessoas, de maneira a evitar o uso de supostos que deixam invisíveis ou neutralizam as diferenças entre homens e mulheres;
- ✓ No que se refere a resultados, é preciso apresentar toda a informação desagregada por sexo e calcular a magnitude das diferenças existentes entre ambos.

As principais fontes de informação para a geração de estatísticas a partir das quais elaborar indicadores de igualdade de gênero são as pesquisas e os censos.

## Fontes de informação

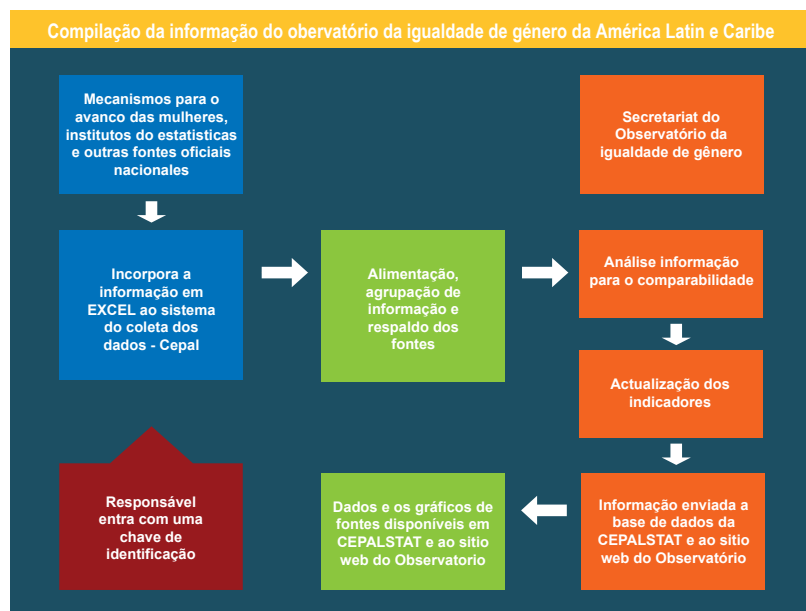
As fontes do Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe são as mesmas que se utilizam para gerar estatísticas de gênero comparáveis internacionalmente, e que formam parte do programa de trabalho contínuo dos serviços nacionais de estatística. Desta forma se assegura, em parte, a estabilidade e permanência da informação no tempo e oferece, em geral, maior grau de harmonização, validação e consenso em nível internacional, o que possibilita o seguimento e monitoramento da equidade de gênero nos países a partir de parâmetros em comum.

As principais fontes de dados em que se baseia a informação proporcionada no Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe são as seguintes:

- ✓ **Censos de população e de moradia:** se realizam habitualmente a cada 10 anos e constituem a operação estatística de maior abrangência que um país deve realizar. É a fonte primária mais importante e ampla de informação estatística.
- ✓ **Pesquisas de domicílios:** é um dos mecanismos mais flexíveis de coleta de dados, já que permitem estudar quase qualquer tema, e os conceitos e o nível de detalhe podem ser adaptados às necessidades da pesquisa. Devido à maior demanda de dados sociais e econômicos requeridos para a definição de políticas públicas, estas pesquisas têm experimentado uma enorme expansão nos últimos anos.
- ✓ **Registros administrativos:** ainda que apresentem maior grau de heterogeneidade e de vazios de informação, estes registros são muito úteis pois oferecem informação sobre estatísticas vitais (nascimentos e óbitos), setoriais (educação, saúde e trabalho), temáticas (migração, desenvolvimento das empresas) e eleitorais (padrão e resultados eleitorais).
- ✓ **Pesquisas de demografia e saúde:** realizam-se em vários países da região e têm por finalidade colher informação nas áreas de população, saúde e nutrição, para o cálculo de uma ampla gama de indicadores com fins de avaliação e monitoramento.
- ✓ **Pesquisas sobre violência contra as mulheres (ou de gênero):** procuram captar o fenômeno da violência doméstica e do parceiro em todas as suas manifestações, física, psicológica e sexual. Constituem o ponto de partida para a prevenção, o tratamento e o combate da violência contra as mulheres.
- ✓ **Pesquisas de uso do tempo:** têm como objetivo medir o tempo que as pessoas dedicam às diferentes atividades que realizam cotidianamente, tais como o trabalho remunerado, os afazeres domésticos, o cuidado das pessoas, entre outras. Este tipo de instrumento permite obter uma imagem melhor e mais visível de todas as formas de trabalho que realizam homens e mulheres, tanto fora como dentro de casa, sejam remuneradas ou não remuneradas.

## Atualização dos dados

O procedimento usado para a atualização dos dados que proporciona o Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe se baseia em um circuito que se inicia com a entrega dos dados ou sua validação, por parte da entidade oficial de cada país, ou seja, do mecanismo para o avanço da mulher ou do instituto nacional de estatísticas.



Assim, a entidade oficial nos respectivos países disporá, a partir de 2010, de uma identificação de usuário que a habilitará para agregar informação ao sistema de coleta de dados do Observatório, onde será alojada, agrupada e terá as suas fontes respaldadas. Todos os dados ingressam por meio de uma ficha técnica padronizada, em formato excel. Esta informação é solicitada por correio eletrônico a todas as autoridades dos mecanismos para o avanço da mulher.

A Secretaria do Observatório da igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, por sua vez, se encarrega de incorporar a informação recebida às bases de

dados de cada indicador, realiza a análise da informação e atualiza os indicadores. Esta informação é posteriormente enviada à base de dados da CEPALSTAT e ao sítio do Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe, onde os dados e gráficos ficam à disposição do público interessado<sup>2</sup>.

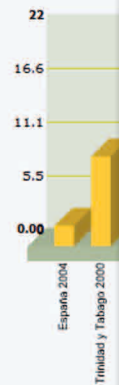
2. CEPALSTAT é o portal de acesso à informação estatística dos países da América Latina e do Caribe que a CEPAL coleta, sistematiza e difunde.

## Ficha técnica dos indicadores

Todos os indicadores de igualdade do Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe vão acompanhados de sua respectiva ficha técnica, que visa a que a entidade que entrega a informação não só conheça como se constrói cada indicador em termos metodológicos, mas que também se familiarize com o formato excel que facilitará agregar a informação ao sistema de compilação de dados especificamente desenvolvido para alojar, agrupar e respaldar a informação entregue por cada fonte oficial.

As fichas técnicas, em geral, compreendem a seguinte informação:

- ✓ **Definição do indicador**, que inclui a população específica que é objeto de estudo.
- ✓ **A unidade de medida**, que nos indicadores de gênero com frequência se expressa em razões, porcentagens, brechas ou taxas, e se define em função da unidade de medida das variáveis que intervêm em sua construção ou da possibilidade de oferecer aos usuários uma medida que seja facilmente compreensível para sua interpretação.
- ✓ **Metodologia de cálculo**, que considera as variáveis que intervêm em sua construção e a forma ou fórmula como se relacionam. Também se especificam os níveis de desagregação e as notas explicativas.
- ✓ **Fonte de informação**, que indica especificamente a origem da informação para a atualização do indicador, que em alguns casos é primária ou secundária. Registra o organismo que envia a informação, geralmente o mecanismo para o avanço da mulher de cada país, e o organismo produtor da informação.
- ✓ **Dimensões e desagregações**, registra todos os países, os períodos sobre os quais se informa, as faixas de idade e os critérios com que se colige a informação para o indicador em cada país.
- ✓ **Comentários e informação adicional**, incorpora a justificativa de uso, dados adicionais, fichas de contexto legislativo ou normativo e acesso a dados adicionais.



### Datos complement

## Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe

### Autonomia física

Maternidad en adolescentes : porcentaje de mujeres adolescentes de 15-19 años de edad que son madres

|  |   |                  |  |                                      |  |             |  |  |  |  |                |                |             |  |  |  |             |             |            |            |               |                  |                 |                 |              |              |                  |                  |                      |                |                |               |               |             |             |                |                |             |             |           |               |               |               |                        |                           |                        |                        |              |              |                                      |                     |  |  |  |  |    |    |    |    |    |       |  |  |  |  |
|--|---|------------------|--|--------------------------------------|--|-------------|--|--|--|--|----------------|----------------|-------------|--|--|--|-------------|-------------|------------|------------|---------------|------------------|-----------------|-----------------|--------------|--------------|------------------|------------------|----------------------|----------------|----------------|---------------|---------------|-------------|-------------|----------------|----------------|-------------|-------------|-----------|---------------|---------------|---------------|------------------------|---------------------------|------------------------|------------------------|--------------|--------------|--------------------------------------|---------------------|--|--|--|--|----|----|----|----|----|-------|--|--|--|--|
| Definición                             | Porcentaje de mujeres adolescentes de 15-19 años de edad que son madres   |                  |  |                                      |  |             |  |  |  |  |                |                |             |  |  |  |             |             |            |            |               |                  |                 |                 |              |              |                  |                  |                      |                |                |               |               |             |             |                |                |             |             |           |               |               |               |                        |                           |                        |                        |              |              |                                      |                     |  |  |  |  |    |    |    |    |    |       |  |  |  |  |
| Unidad de medida                       | de  | Porcentajes      |  |                                      |  |             |  |  |  |  |                |                |             |  |  |  |             |             |            |            |               |                  |                 |                 |              |              |                  |                  |                      |                |                |               |               |             |             |                |                |             |             |           |               |               |               |                        |                           |                        |                        |              |              |                                      |                     |  |  |  |  |    |    |    |    |    |       |  |  |  |  |
| Metodología de cálculo                 | <p>Para América Latina y Caribe: <b>Fuente:</b> CELADE, con base en procesamiento especiales de las bases de microdatos censales.</p> <p><b>Nota Metodológica:</b> todos los cálculos relativos a la maternidad adolescente fueron obtenidos mediante procesamiento de microdatos censales. No se aplicó <i>Respondes (NS/NR)</i> fue imputado a nuliparidad (ceros hijos nacidos vivos) sistemáticamente. En Perú, los fuera de rango en 1992 se excluyeron. Cuba no incluye encuesta sobre hijos nacidos vivos en sus censos recientes. Los microdatos de los censos de Haití aún no están disponibles en CELADE. Los resultados de Colombia 2004-2005 y Perú 2007 provienen de procesamiento en línea sobre las páginas web del DANE y del INEI, respectivamente.</p> <p><b>Fuentes para España y Portugal:</b></p> <p>España: López A. y otros (2005). Informe Juventud en España 2004 , Madrid, INJUVE , tabla 1.49 (estimación aproximada)</p> <p>Portugal: United Nations Economic Commission for Europe (UNECE), Fertility and Family Survey (FFS) 1997: tabla 12, tablas estándares de países. [en línea]. <a href="http://www.unece.org/pau/ffs/f_h_15tb.htm">http://www.unece.org/pau/ffs/f_h_15tb.htm</a>, descargadas el 4 de abril de 2008</p>  |                  |  |                                      |  |             |  |  |  |  |                |                |             |  |  |  |             |             |            |            |               |                  |                 |                 |              |              |                  |                  |                      |                |                |               |               |             |             |                |                |             |             |           |               |               |               |                        |                           |                        |                        |              |              |                                      |                     |  |  |  |  |    |    |    |    |    |       |  |  |  |  |
| Dimensiones y desagregaciones          | <table><tr><td colspan="5"><b>País</b></td></tr><tr><td>Argentina 1991</td><td>Argentina 2001</td><td>Belice 1990</td><td>Bolivia (Estado Plurinacional de) 1992</td><td></td></tr><tr><td>Bolivia (Estado Plurinacional de) 2001</td><td>Brasil 1991</td><td>Brasil 2000</td><td>Chile 1992</td><td>Chile 2002</td></tr><tr><td>Colombia 1993</td><td>Colombia 2004_05</td><td>Costa Rica 1984</td><td>Costa Rica 2006</td><td>Ecuador 1990</td></tr><tr><td>Ecuador 2001</td><td>El Salvador 1992</td><td>El Salvador 2007</td><td>España encuesta 2004</td><td>Guatemala 1994</td></tr><tr><td>Guatemala 2002</td><td>Honduras 1988</td><td>Honduras 2001</td><td>México 1990</td><td>México 2000</td></tr><tr><td>Nicaragua 1995</td><td>Nicaragua 2005</td><td>Panamá 1990</td><td>Panamá 2001</td><td>Perú 1993</td></tr><tr><td>Paraguay 1992</td><td>Paraguay 1992</td><td>Paraguay 2002</td><td>Portugal Encuesta 1997</td><td>República Dominicana 2002</td></tr><tr><td>Trinidad y Tabago 1990</td><td>Trinidad y Tabago 2000</td><td>Uruguay 1985</td><td>Uruguay 1995</td><td>Venezuela (Rep. Bolivariana de) 1990</td></tr><tr><td colspan="5"><b>Años de edad</b></td></tr><tr><td>15</td><td>16</td><td>17</td><td>18</td><td>19</td></tr><tr><td colspan="5">Total</td></tr></table> |                  |  |                                      |  | <b>País</b> |  |  |  |  | Argentina 1991 | Argentina 2001 | Belice 1990 | Bolivia (Estado Plurinacional de) 1992 |  | Bolivia (Estado Plurinacional de) 2001 | Brasil 1991 | Brasil 2000 | Chile 1992 | Chile 2002 | Colombia 1993 | Colombia 2004_05 | Costa Rica 1984 | Costa Rica 2006 | Ecuador 1990 | Ecuador 2001 | El Salvador 1992 | El Salvador 2007 | España encuesta 2004 | Guatemala 1994 | Guatemala 2002 | Honduras 1988 | Honduras 2001 | México 1990 | México 2000 | Nicaragua 1995 | Nicaragua 2005 | Panamá 1990 | Panamá 2001 | Perú 1993 | Paraguay 1992 | Paraguay 1992 | Paraguay 2002 | Portugal Encuesta 1997 | República Dominicana 2002 | Trinidad y Tabago 1990 | Trinidad y Tabago 2000 | Uruguay 1985 | Uruguay 1995 | Venezuela (Rep. Bolivariana de) 1990 | <b>Años de edad</b> |  |  |  |  | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | Total |  |  |  |  |
| <b>País</b>                            |   |                  |  |                                      |  |             |  |  |  |  |                |                |             |  |  |  |             |             |            |            |               |                  |                 |                 |              |              |                  |                  |                      |                |                |               |               |             |             |                |                |             |             |           |               |               |               |                        |                           |                        |                        |              |              |                                      |                     |  |  |  |  |    |    |    |    |    |       |  |  |  |  |
| Argentina 1991                         | Argentina 2001  | Belice 1990      | Bolivia (Estado Plurinacional de) 1992 |                                      |  |             |  |  |  |  |                |                |             |  |  |  |             |             |            |            |               |                  |                 |                 |              |              |                  |                  |                      |                |                |               |               |             |             |                |                |             |             |           |               |               |               |                        |                           |                        |                        |              |              |                                      |                     |  |  |  |  |    |    |    |    |    |       |  |  |  |  |
| Bolivia (Estado Plurinacional de) 2001 | Brasil 1991   | Brasil 2000      | Chile 1992                             | Chile 2002                           |  |             |  |  |  |  |                |                |             |  |  |  |             |             |            |            |               |                  |                 |                 |              |              |                  |                  |                      |                |                |               |               |             |             |                |                |             |             |           |               |               |               |                        |                           |                        |                        |              |              |                                      |                     |  |  |  |  |    |    |    |    |    |       |  |  |  |  |
| Colombia 1993                          | Colombia 2004_05  | Costa Rica 1984  | Costa Rica 2006                        | Ecuador 1990                         |  |             |  |  |  |  |                |                |             |  |  |  |             |             |            |            |               |                  |                 |                 |              |              |                  |                  |                      |                |                |               |               |             |             |                |                |             |             |           |               |               |               |                        |                           |                        |                        |              |              |                                      |                     |  |  |  |  |    |    |    |    |    |       |  |  |  |  |
| Ecuador 2001                           | El Salvador 1992  | El Salvador 2007 | España encuesta 2004                   | Guatemala 1994                       |  |             |  |  |  |  |                |                |             |  |  |  |             |             |            |            |               |                  |                 |                 |              |              |                  |                  |                      |                |                |               |               |             |             |                |                |             |             |           |               |               |               |                        |                           |                        |                        |              |              |                                      |                     |  |  |  |  |    |    |    |    |    |       |  |  |  |  |
| Guatemala 2002                         | Honduras 1988   | Honduras 2001    | México 1990                            | México 2000                          |  |             |  |  |  |  |                |                |             |  |  |  |             |             |            |            |               |                  |                 |                 |              |              |                  |                  |                      |                |                |               |               |             |             |                |                |             |             |           |               |               |               |                        |                           |                        |                        |              |              |                                      |                     |  |  |  |  |    |    |    |    |    |       |  |  |  |  |
| Nicaragua 1995                         | Nicaragua 2005  | Panamá 1990      | Panamá 2001                            | Perú 1993                            |  |             |  |  |  |  |                |                |             |  |  |  |             |             |            |            |               |                  |                 |                 |              |              |                  |                  |                      |                |                |               |               |             |             |                |                |             |             |           |               |               |               |                        |                           |                        |                        |              |              |                                      |                     |  |  |  |  |    |    |    |    |    |       |  |  |  |  |
| Paraguay 1992                          | Paraguay 1992   | Paraguay 2002    | Portugal Encuesta 1997                 | República Dominicana 2002            |  |             |  |  |  |  |                |                |             |  |  |  |             |             |            |            |               |                  |                 |                 |              |              |                  |                  |                      |                |                |               |               |             |             |                |                |             |             |           |               |               |               |                        |                           |                        |                        |              |              |                                      |                     |  |  |  |  |    |    |    |    |    |       |  |  |  |  |
| Trinidad y Tabago 1990                 | Trinidad y Tabago 2000  | Uruguay 1985     | Uruguay 1995                           | Venezuela (Rep. Bolivariana de) 1990 |  |             |  |  |  |  |                |                |             |  |  |  |             |             |            |            |               |                  |                 |                 |              |              |                  |                  |                      |                |                |               |               |             |             |                |                |             |             |           |               |               |               |                        |                           |                        |                        |              |              |                                      |                     |  |  |  |  |    |    |    |    |    |       |  |  |  |  |
| <b>Años de edad</b>                    |   |                  |  |                                      |  |             |  |  |  |  |                |                |             |  |  |  |             |             |            |            |               |                  |                 |                 |              |              |                  |                  |                      |                |                |               |               |             |             |                |                |             |             |           |               |               |               |                        |                           |                        |                        |              |              |                                      |                     |  |  |  |  |    |    |    |    |    |       |  |  |  |  |
| 15                                     | 16  | 17               | 18                                     | 19                                   |  |             |  |  |  |  |                |                |             |  |  |  |             |             |            |            |               |                  |                 |                 |              |              |                  |                  |                      |                |                |               |               |             |             |                |                |             |             |           |               |               |               |                        |                           |                        |                        |              |              |                                      |                     |  |  |  |  |    |    |    |    |    |       |  |  |  |  |
| Total                                  |   |                  |  |                                      |  |             |  |  |  |  |                |                |             |  |  |  |             |             |            |            |               |                  |                 |                 |              |              |                  |                  |                      |                |                |               |               |             |             |                |                |             |             |           |               |               |               |                        |                           |                        |                        |              |              |                                      |                     |  |  |  |  |    |    |    |    |    |       |  |  |  |  |

## CEPALSTAT

CEPALSTAT é a sua porta de entrada para a informação estatística dos países da América Latina e do Caribe que a CEPAL recolhe, sistematiza e divulga.

O acesso a partir de cada um dos indicadores de igualdade ao CEPALSTAT facilita uma análise mais aprofundada e permite produzir em tempo real quadros e gráficos que combinam dados de diferentes séries e/ou países e/ou períodos, em Excel ou HTML.

Na parte inferior direita encontrará um quadro de resultado padrão, no qual você pode ver o resumo do indicador. Além disso, pode acessar o botão de ajuda que vai permitir obter informações sobre a utilização desta ferramenta.







## **V. Indicadores de Autonomia física**

- **Indicador 1: Morte de mulheres ocasionada por seu parceiro ou ex-parceiro íntimo**
- **Indicador 2: Maternidade em adolescentes**
- **Indicador 3: Demanda insatisfeita de planejamento familiar**
- **Indicador 4: Mortalidade materna**

## Morte de mulheres ocasionada por seu parceiro ou ex-parceiro íntimo

Este indicador mede o número anual de mulheres de 15 anos ou mais que são vítimas mortais de seu parceiro ou ex-parceiro íntimo, situação que expressa uma das manifestações mais extremas e generalizadas da violência baseada em gênero e na desigualdade entre homens y mulheres.

O reconhecimento do direito a viver uma vida sem violência ficou consagrado com a aprovação de instrumentos jurídicos internacionais de direitos das mulheres, onde se manifesta a necessidade de prestar particular atenção a todas as formas de violência com base em gênero e suas causas básicas, incluindo a reprodução de uma cultura de violência<sup>3</sup>.

Ainda que exista consciência da necessidade de contar com medições apropriadas da violência física e sexual contra as mulheres dentro e fora de casa, em geral na região esta se mede de diferentes maneiras ou não se mede.

Este indicador, baseado no processamento de informação das mortes das mulheres ocasionadas pelo parceiro íntimo em um número mínimo de países, representa uma resposta prática e demonstrativa que permite visibilizar a dramática relevância e gravidade do problema, e ao mesmo tempo mostrar metodologicamente, como em alguns países, são geradas as normativas para o registro da informação, métodos de registro e uso das fontes de informação.

Adicionalmente, o sítio web do Observatório dá acesso aos textos das leis sobre violência contra as mulheres e violência doméstica.



3. Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, 1979; Convenção Interamericana para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher (Convenção de Belém do Pará), 1994; quinta Conferência Regional sobre a Integração da Mulher no Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina e do Caribe, 1991; Programa de Ação Regional para as Mulheres da América Latina e Caribe, 1995-2001, Consenso de Quito 2007.

---

## Ficha técnica: Morte de mulheres por parceiro ou ex-parceiro

---

**Definição:** Número absoluto e taxa (por cada 100.000 habitantes) de mulheres de 15 anos ou mais, vítimas mortais de seu parceiro ou ex-parceiro íntimo.

---

**Unidade de medida:** Número absoluto e taxa.

---

### Metodologia

**de cálculo:** V1: número total de mortes de mulheres por violência de gênero, V2: número total de habitantes país

$$\text{Taxa} = \frac{V1 \times 100}{V2}$$

**Fontes:** O número absoluto de mortes de mulheres por violência de gênero é solicitado anualmente às autoridades dos mecanismos nacionais para o avanço das mulheres, que obtêm esta informação de instituições do poder judiciário, da polícia nacional ou de outros organismos relacionados em cada país.

---

**Comentários:** Em cada país as mortes por parceiro íntimo se medem de maneira diferente, por isso, os dados não são comparáveis.

Costa Rica: Registra o total de mulheres assassinadas e se discrimina por feminicídios por parceiro íntimo (a partir de maio de 2007) e feminicídios por razões de gênero.

Chile: Registra o número total de feminicídios ou mortes por razões de gênero, feminicídio íntimo e feminicídio não íntimo.

Espanha: Dispõe de um registro de vítimas mortais de violência de gênero no qual se consigna o total de vítimas e a relação com o causador: ex-parceiro ou em fase de ruptura e parceiro

Peru: Define as mortes por violência de gênero como feminicídio e as variáveis utilizadas são feminicídio íntimo, feminicídio não íntimo.

Republica Dominicana: Registra feminicídios gerais, feminicídio íntimo e feminicídio não íntimo.

A morte de mulheres ocasionada pelo parceiro íntimo ou ex-parceiro íntimo tem sido objeto de maior atenção nos últimos anos por sua crescente incidência. Devido a que o número absoluto de mortes de mulheres por parceiro íntimo é um registro que se realiza com diferentes critérios, esta informação ainda não é comparável entre países. A informação que se processa para este indicador corresponde a um pequeno número de países que começaram o processamento da informação sobre mortes de mulheres por parceiro íntimo. Na medida em que os países processem e enviem esta informação, o indicador será atualizado pela Divisão de Assuntos de Gênero da CEPAL. Quanto aos países que não registram esta informação, as especialistas em estatísticas e estudos de gênero dos institutos nacionais de estatística e dos mecanismos para o avanço da mulher que participaram na Reunião técnica de expertos em estatísticas de gênero para a análise dos indicadores do Observatório (Aguascalientes, México, 2 e 3 de outubro de 2008) decidiram começar a coleta de dados a partir do número atual de homicídios ocasionados pelo parceiro ou ex-parceiro íntimo e deram as seguintes recomendações:

**Mecanismos para o avanço da mulher:** Explorar o estado da arte da informação em cada país e sensibilizar as instituições que geram os registros administrativos neste tema para assegurar a produção de informação para o indicador.

**Institutos nacionais de estatística:** Gerar um formulário único que identifique o presunto autor dos homicídios dolosos de mulheres nos sistemas de atenção de saúde, de polícia e judiciais, realizar alianças ou convênios interinstitucionais entre produtores dos registros e os institutos de estatística e incluir os registros de saúde como insumo para construir o indicador.

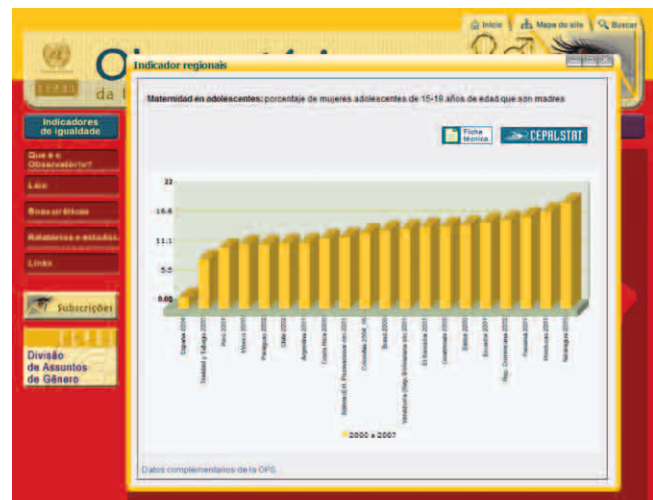
## Maternidade em adolescentes

Este indicador mede a porcentagem de adolescentes de 15 a 19 anos que são mães.

A inclusão deste indicador no Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe é de particular importância devido a que enquanto em todos os grupos de idade nos países da região os índices de maternidade tenderam a diminuir, entre as adolescentes continuam aumentando. A maternidade precoce é maior nos setores de menores rendas, onde ser mãe adolescente, pobre e sem parceiro configura um quadro pessoal e social de difícil prognóstico, tanto para a mãe como para a criança.

Este indicador não só põe em evidência a magnitude do problema em cada um dos países, mas ao mesmo tempo deixa claro o insuficiente acesso das e dos jovens à saúde reprodutiva, como também a persistência de práticas e valores culturais patriarcais que impedem os adolescentes de exercerem o controle de seus próprios corpos.

O indicador mostra que apesar de viverem em sociedades com maiores níveis educativos e melhores acesso à informação e ao conhecimento, e de que muitos países tenham reduzido significativamente a mortalidade materna graças a melhores políticas de acesso à saúde, as adolescentes ainda não receberam suficiente atenção. Isto tem graves consequências para as jovens mães, particularmente quando pertencem a setores de menores rendas, que com frequência se vêem obrigadas a abandonar seus estudos, limitando seu desenvolvimento pessoal e social, assim como seu progresso econômico e cidadão.



---

**Ficha técnica: Maternidade em adolescentes**

---

**Definição:** Porcentagem de mulheres adolescentes de 15 a 19 anos de idade que são mães.

---

**Unidade de medida:** Porcentagem.

---

**Metodologia**

**de cálculo:** V1: Número de mulheres de 15 a 19 anos que são mães, V2: Número total de mulheres adolescentes entre 15 e 19 anos.

Porcentagem de mulheres adolescentes de 15 a 19 anos que são mães =  $(V1/V2) \times 100$

---

**Fontes:** *Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE)* – Divisão de População da CEPAL, Os dados são obtidos por meio de processamentos especiais de microdados censitários.

Fontes para Espanha e Portugal: Espanha: López A. e outros (2005), *Informe Juventud en España 2004*, Madrid, Instituto de la Juventud (INJUVE), quadro 1.49 (estimativa aproximada). Portugal: Comissão Económica para Europa (CEE), *Fertility and Family Survey (FFS) 1997*; quadro 12, tabelas padronizadas de países. Os resultados da Colômbia 2004-2005 e do Peru 2007 provêm dos dados das páginas web do *Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE)* e do *Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI)*, respectivamente.

---

**Nota**

**metodológica:** Todos os dados relativos à maternidade adolescente foram obtidos mediante o processamento de microdados censitários. As respostas não sabe/não responde (NS/NR) foram sistematicamente atribuídas a nulípara (zero filhos nascidos vivos). No Peru, foram excluídos os valores fora da faixa em 1993. Cuba não inclui consulta sobre filhos nascidos vivos em seus censos recentes. O CELADE- Divisão de População da CEPAL ainda não dispõe dos microdados dos censos do Haiti.

---

## Demanda insatisfeita de planejamento familiar

Este indicador expressa a quantidade de mulheres casadas ou em união conjugal que não desejam ter mais filhos ou que postergariam o seguinte nascimento de um filho, mas que não estão usando nenhum método de planejamento familiar, em relação ao total de mulheres casadas ou em união conjugal. Permite visualizar a resposta do país às necessidades da população neste aspecto, e ao mesmo tempo as condições que facultam as pessoas, especialmente as mulheres, para exercer seu direito a decidir de maneira livre e informada sobre o número de filhos/as que desejam ter.

Os direitos reprodutivos constituem uma dimensão importante do empoderamento e da autonomia das mulheres. Enquanto as mulheres de todos os estratos socioeconômicos não tenham acesso a métodos de planejamento familiar, os níveis de fecundidade não desejada continuarão sendo elevados, afetando os direitos e a autonomia das mulheres em relação ao seu próprio corpo.

A necessidade insatisfeita de planejamento familiar se produz como consequência do aumento da demanda, das limitações na prestação de serviços de saúde reprodutiva, da ausência de apoio por parte de comunidades e parceiros, da falta de informação pertinente, dos custos financeiros e das restrições no transporte.

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, alocou especial prioridade à redução desta necessidade insatisfeita, como princípio orientador para assegurar que os nascimentos ocorram quando existe uma opção voluntária e bem fundamentada. Este indicador é parte do seguimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.





---

**Ficha técnica: Demanda insatisfeita de planejamento familiar**

---

**Definição:** Porcentagem de mulheres casadas ou em união conjugal que não desejam ter mais filhos ou que postergariam o seguinte nascimento de um filho, mas que não estão usando um método de planejamento familiar, em relação ao total de mulheres casadas ou em união conjugal.

---

**Unidade de medida:** Porcentagem.

---

**Metodologia**

**de cálculo:** V1: Número de mulheres casadas ou em união conjugal que não desejam ter mais filhos ou que postergariam o seguinte nascimento de um filho, mas que não estão usando um método de planejamento familiar,  
  
$$\text{Porcentagem} = (V1/V2) \times 100$$

---

**Desagregação:** Total; por idade (grupos 15 a 19 anos e 20 a 34 anos); nível de instrução e zona de residência das mulheres.

---

**Fontes:** *Centro Latinoamericano y Caribeño de Población* (CELADE)- Divisão de População da CEPAL (pesquisas de demografia e saúde, centros de controle de doenças e, no caso do México, página web do *Instituto Nacional de Estadística y Geografía* (INEGI), *Sistema de indicadores para el seguimiento de la situación de la mujer*) <http://celade.cepal.cl/cgi-bin/RpWebEngine.exe/PortalAction?&MODE=MAIN&BASE=ELCAIRO&MAIN=WebServerMain.inl>

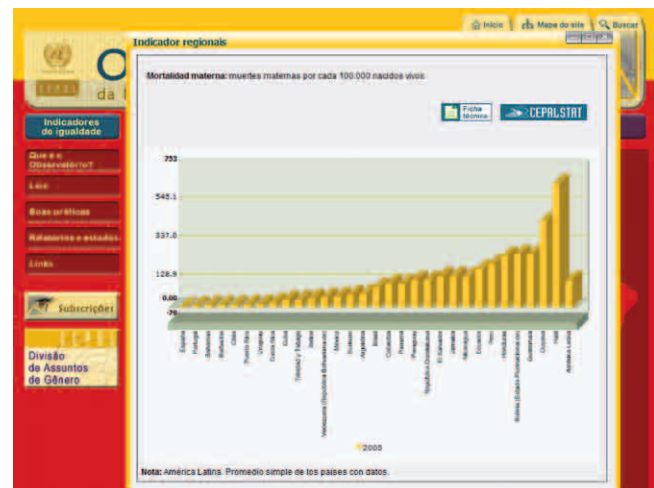
---

## Mortalidade materna

A mortalidade materna representa o óbito de uma mulher durante a gestação ou dentro dos 42 dias seguintes ao término da gestação, qualquer que seja a duração e lugar desta, devido a complicações da gestação, do parto e do puerpério, mas não por causas acidentais ou incidentais.

O indicador expressa a taxa de mortalidade materna por cada 100.000 nascidos vivos e constitui um evento sentinela da qualidade dos sistemas de saúde nos diferentes países do mundo. Os cálculos para a região foram efetuados a partir da base de dados de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e de estimativas de mortalidade materna da Organização Mundial da Saúde (OMS), para os anos 2000 e 2005 (OPS, 2004).

No Programa de Ação da Conferência de População e Desenvolvimento, faz-se um chamado claro aos países para que se reduza a morbidade e a mortalidade materna a níveis que já não constituam problema de saúde; para que, com o apoio da comunidade internacional, aumentem as prestações de serviços de maternidade no âmbito da atenção primária da saúde e para que os países adotem medidas para impedir, detectar e tratar as gestações e nascimentos de alto risco, em particular entre as adolescentes e as parturientes de mais idade. Na meta 5A do quinto Objetivo de Desenvolvimento do Milênio se estabelece claramente o propósito de “reduzir, entre 1990 e 2015 em três quartas partes, a razão de mortalidade materna”.



---

**Ficha técnica: Mortalidade materna**

---

**Definição:** Representa o óbito de uma mulher gestante ou dentro dos 42 dias seguintes ao término da gestação, independentemente da duração e lugar da gestação, devido a complicações da gestação, do parto e puerpério (qualquer causa relacionada com ou agravada pela gestação ou por sua atenção), mas não por causas acidentais ou incidentais.

---

**Unidade de medida:** Taxa por cada 100.000 nascidos vivos.

---

**Metodologia**

**de cálculo:** Quociente entre o número de mortes maternas e o número total de nascidos vivos durante um período de tempo, multiplicado por 100.000.

---

**Fontes:** Divisão de Estatística das Nações Unidas. Base de dados de indicadores dos objetivos de desenvolvimento do Milênio [on-line] <http://mdos.un.org/unsd/mdg/Data.aspx>; Organização Mundial da Saúde (OMS), Estimativas de mortalidade materna 2005 e 2000 .

---



## **VI. Indicadores de autonomia na tomada de decisões**

- **Indicador 1: Poder executivo**
- **Indicador 2: Poder legislativo**
- **Indicador 3: Poder judiciário**
- **Indicador 4: Poder local (prefeitas)**
- **Indicador 5: Poder local (vereadoras)**
- **Indicador 6: Países que assinaram e ratificado o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher**
- **Indicador 7: Nível hierárquico dos Mecanismos para o avanço da mulher (MAM)**

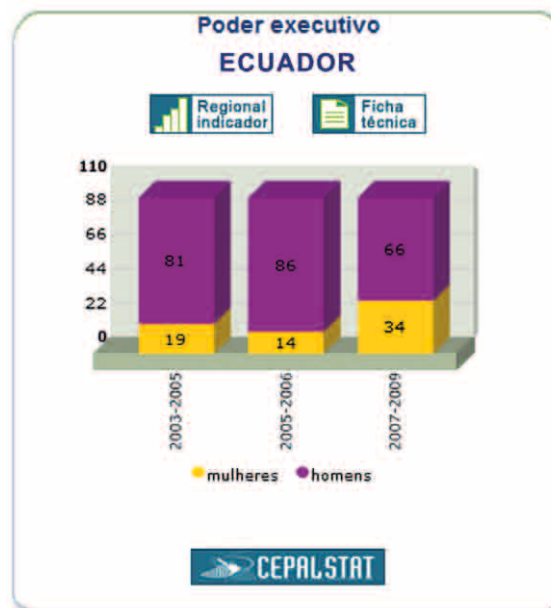
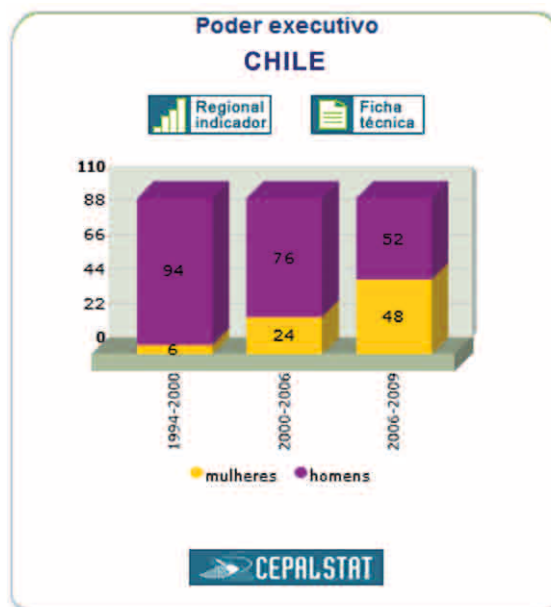
## Mulheres no Poder executivo

O indicador **Poder executivo** assinala a evolução do acesso das mulheres aos postos de tomada de decisões no nível mais alto do Poder executivo. Permite apreciar a decisão política dos governos em relação à participação das mulheres em cargos de alto nível na tomada de decisões e observar o tipo de ministérios que se lhes é designado.

Este indicador de igualdade mostra a porcentagem de carteiras ministeriais ocupadas por mulheres no gabinete presidencial, expressa o avanço na igualdade entre os sexos quanto à participação e autonomia política das mulheres, as mudanças culturais relativas ao reconhecimento da capacidade das mulheres para exercer cargos de poder e incidir na tomada de decisões, e revela a existência de melhores condições para colocar a paridade como objetivo regional.

Na maioria dos países da região as mulheres adquiriram o direito a voto após árduas lutas lideradas por sufragistas pioneiras que desde os alvares do século passado não cederam até conseguir seus plenos direitos como cidadãs. Mesmo que em torno dos anos 50 na maioria dos países da região já existisse o direito a voto sem restrições, a presença de mulheres em cargos de poder no Estado ou de eleição popular continua sendo mínima (cerca de 10%) ainda que elas representem cerca de 50% do eleitorado.

O Artigo 7b da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação da mulher estabelece que os Estados partes tomarão todas as medidas adequadas para eliminar a discriminação contra a mulher na vida política e pública do país, em particular, garantindo, em igualdade de condições com os homens, o direito a participar na formulação das políticas governamentais e na execução destas, e a ocupar cargos públicos e exercer todas as funções públicas em todos os planos governamentais.



---

**Ficha técnica: Poder executivo**

---

**Definição:** Porcentagem de carteiras ministeriais ocupadas por mulheres do total de carteiras ministeriais do gabinete presidencial.

---

**Unidade de medida:** Porcentagens.

---

**Metodologia**

**de cálculo:** V1: Mulheres ministras. Número total de mulheres que ocupam carteiras ministeriais em gabinetes presidenciais, V2: Ministros. Total de cargos do gabinete presidencial.

Porcentagem de mulheres ministras=  $(V1/V2)*100$

---

**Fonte:** Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação entregue pelos mecanismos nacionais para o avanço da mulher, 2009.

---

## Mulheres no Poder legislativo

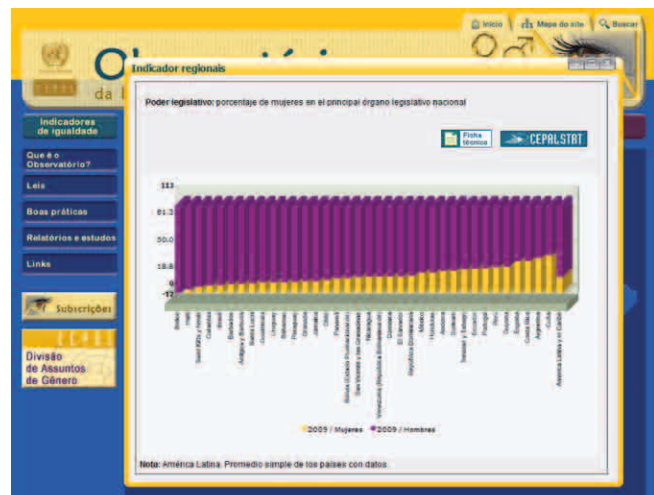
Este indicador de autonomia na tomada de decisões mede a porcentagem de mulheres que ocupam postos ou assentos no parlamento nacional. Para as comparações internacionais, se utiliza geralmente só a câmara baixa ou única.

Os dados relacionados com este indicador estão disponíveis nos parlamentos nacionais, que derivam a informação à União Interparlamentar (IPU), que, por sua vez, proporciona esta informação diretamente às Nações Unidas com base nas cifras apuradas pelos próprios países.

O aumento da representação parlamentar que se percebe na região está vinculado à adoção de medidas de ação positiva combinadas com sistemas eleitorais proporcionais, e obedece às leis de cotas. Estas medidas de ação afirmativa são recomendações emanadas das Nações Unidas nas conferências mundiais sobre a mulher (Nairóbi, 1985 e Beijing, 1995)<sup>4</sup>.

As leis de cotas são medidas temporárias e de ação positiva, definidas pelos Estados para promover a igualdade de homens e mulheres na tomada de decisões em distintos níveis de poder político e procuram compensar a histórica discriminação de gênero assegurando uma porcentagem mínima de representação de mulheres no parlamento.

Adicionalmente, nesta seção da web, estão disponíveis os textos das leis de cotas dos países que as adotaram.



4. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, 1979; Estratégias de Nairóbi orientadas ao futuro para o avanço da mulher, 1985; Plataforma de Ação da quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, 1995.



---

**Ficha técnica: Poder Legislativo**

---

**Definição:** Corresponde à proporção de mulheres que ocupam postos no parlamento nacional. Para comparações internacionais, se utiliza geralmente, só a câmara baixa ou única.

---

**Unidade de medida:** Porcentagens.

---

**Metodologia**

**de cálculo:** V1: Mulheres parlamentares. Número total de mulheres que ocupam postos no parlamento nacional, V2: Parlamentares. Total de postos no parlamento nacional.

$$\text{Porcentagem de mulheres parlamentares} = (V1/V2) \times 100$$

---

**Fontes:** Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Objetivos de Desenvolvimento del Milenio: una mirada desde América Latina y el Caribe* [on-line]

(<http://www.cepal.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/1/21541/P21541.xml&xsl=/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl>).

Divisão de Estatística das Nações Unidas. *Base de datos de indicadores dos Objetivos de Desarrollo del Milenio* [on-line]

<http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Data.aspx>.

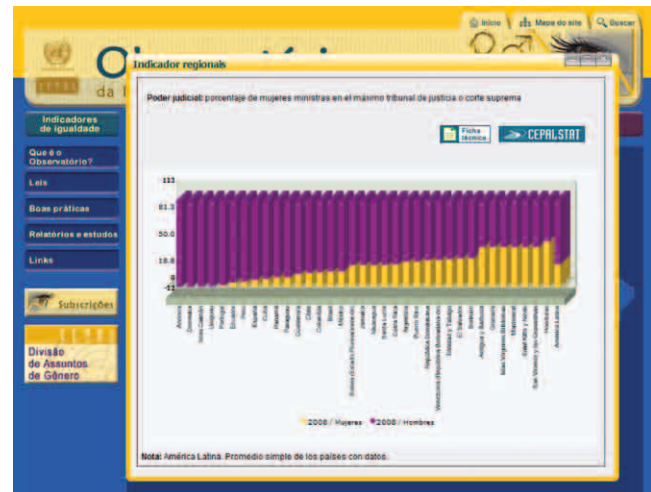
---

## Mulheres no Poder judiciário

Este indicador de autonomia na tomada de decisões mede a porcentagem de mulheres ministras no máximo tribunal de justiça ou corte suprema, porcentagem calculada em relação ao total de ministras e ministros em exercício.

Este indicador visa precisamente a chamar a atenção para as desigualdades existentes no poder judiciário nos países da região, onde as mulheres são maioria nos cargos administrativos, como secretárias de tribunal ou como funcionárias de menor nível e são minoria nos cargos de maior responsabilidade política e administrativa.

A ficha técnica deste indicador permite o acesso à informação adicional referida à estrutura da máxima instância do poder judiciário em cada país, ordena os tribunais constitucionais e de cassação para cada país, os nomes oficiais dos cargos, o período de duração dos mandatos e os antecedentes quantitativos. Adicionalmente proporciona informação a respeito da definição e do procedimento de nomeação dos e das titulares dos cargos.



---

**Ficha técnica: Poder judiciário**

---

**Definição:** Porcentagem de mulheres ministras no tribunal superior de justiça ou corte suprema.

---

**Unidade de medida:** Porcentagens.

---

**Metodologia**

**de cálculo:** V1: Número de mulheres ministras no tribunal superior de justiça ou corte suprema, V2: Número total de ministros e ministras em exercício.

Porcentagem de mulheres ministras no tribunal superior de justiça ou corte suprema =  $(V1/V2) \times 100$

---

**Fonte:** Os dados correspondentes a este indicador foram elaborados pelo INSTRAW e pela CEPAL com base em informação entregue pelos mecanismos nacionais para o avanço da Mulher e informação publicada na web do respectivo tribunal superior ou corte suprema do poder judiciário.

---



---

**Ficha técnica: Poder local (prefeitas)**

---

**Definição:** Número de cargos eletivos ocupados por mulheres em relação ao total de cargos de prefeitos e prefeitas de municipalidades eleitos ou eleitas expressado em porcentagem<sup>5</sup>.

---

**Unidade de medida:** Porcentagens.

---

**Metodologia**

**de cálculo:** V1: Número de mulheres eleitas em cargos de prefeitas em eleições municipais, V2: Número total de cargos de prefeitos eleitos ou prefeitas eleitas.

Porcentagem de mulheres prefeitas=  $(V1/V2)*100$

---

**Fontes:** Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação coletada pelo INSTRAW e validada entre março e junho de 2009. A informação foi proporcionada pelos mecanismos nacionais para o avanço da mulher, a partir de dados oficiais dos organismos eleitorais ou fontes oficiais nacionais correspondentes. A informação do Estado Plurinacional da Bolívia, Honduras e da Nicarágua foi tomada do *Cuestionario de trabajo no remunerado y participación política de la CEPAL*, 2006 e a da última eleição do sítio web do organismo eleitoral nacional correspondente.

---

---

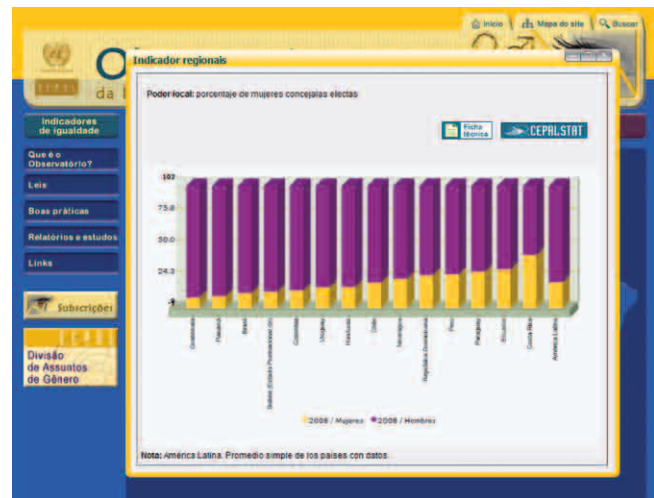
5. O nome do indicador está determinado pela maior frequência com que se alude a este cargo na América Latina e no Caribe, não obstante considera alcaides, intendentes, prefeitos, síndicos e presidentes municipais.

## Mulheres no poder local (vereadoras)

Este indicador mostra número de vereadores mulheres eleitas, em relação ao total de cargos de vereadores de instâncias legislativas, deliberativas e/ou fiscalizadoras do governo municipal expressados em porcentagem.

Como o indicador correspondente às prefeituras, sua importância radica em que visualiza a presença das mulheres em um âmbito de tomada de decisões que costuma ser o nível de governo mais próximo à população e à vida comunitária.

A preocupação pela participação das mulheres em organismos de representação local dos países da região foi levantada na Reunião técnica de expertos em estatísticas de gênero, realizada em Aguascalientes (México), em outubro de 2008, onde se decidiu a importância de explorar a presença e o acesso das mulheres não só aos cargos superiores (prefeituras) nos governos locais, mas também nos níveis de menor hierarquia de tais entidades (*regidorias* e assembleias), recomendação que foi concretizada com a incorporação no Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe de um indicador específico destinado a visibilizar as diferenças entre homens e mulheres nos governos locais.



---

**Ficha técnica: Poder local (vereadoras)**

---

**Definição:** É o número de vereadoras mulheres eleitas em relação ao total de cargos de vereadores de instâncias legislativas, deliberativas e/ou fiscalizadoras do governo municipal expressados em porcentagens.

---

**Unidade de medida:** Porcentagens.

---

**Metodologia**

**de cálculo:** V1: Mulheres eleitas vereadoras. Número de mulheres designadas por eleição popular em cargos de vereadoras em órgãos do governo municipal, V2: Vereadores e vereadoras eleitos ou eleitas. Número total de cargos de vereadores.

$$\text{Porcentagem de mulheres vereadores} = (V1/V2) \times 100$$

---

**Fontes:** Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) com base em informação levantada pelo INSTRAW e validada pelos mecanismos para o avanço da mulher em março de 2009 com informação de organismos eleitorais nacionais.

---

## **Assinatura e ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher**

Este indicador mostra os países da região que assinaram e ratificaram o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Adotado pela Assembleia Geral em 1999, o Protocolo Facultativo obriga os Estados signatários a reconhecer a competência do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher para receber e considerar as queixas emitidas por indivíduos ou grupos organizados da sociedade civil, o que constitui um mecanismo exigente de prestação de contas quanto a atos de discriminação contra as mulheres.

A ratificação do Protocolo Facultativo por parte dos países signatários da Convenção é, sem dúvida, o indicador mais claro da vontade política dos Estados para a plena aplicação da Convenção, dado que permite levar à prática o principal instrumento internacional de proteção dos direitos humanos das mulheres, sobre os quais a comunidade internacional reconhece que ainda se apresentam discriminações significativas, expressas ou implícitas, por ação ou por omissão.

A aplicação da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher mediante seu Protocolo Facultativo é um instrumento que aproxima as sociedades nacionais à meta de igualdade e equidade entre mulheres e homens. A ratificação do Protocolo Facultativo é indubitavelmente um passo transcendental em direção a essa meta.

A atualização do indicador se realiza com base na informação entregue pelo Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos<sup>6</sup>.

---

6. Base de dados sobre a situação de signatários e ratificação do Protocolo Facultativo [on-line]  
[http://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg\\_no=IV-8-b&chapter=4&lang=en](http://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IV-8-b&chapter=4&lang=en).



Chile

Regional indicador

Informes CEDAW

☐ Ratificou

☒ Assinou (10 de dezembro 1999)

☐ Não assinou nem ratificou

Indicador regional

Firma y ratificación del Protocolo facultativo de la CEDAW\*

| País        | América Latina   | Informes países CDMR   |
|-------------|--|--|
|             | Firma el Protocolo   | Ratificación del Protocolo   |
| Argentina   | <input checked="" type="checkbox"/> Firma el Protocolo Facultativo<br>26 de febrero 2002   | <input checked="" type="checkbox"/> Ratifica el Protocolo Facultativo<br>24 de marzo 2007      |
| Bolivia     | <input checked="" type="checkbox"/> Firma el Protocolo Facultativo<br>10 de diciembre 1999 | <input checked="" type="checkbox"/> Ratifica el Protocolo Facultativo<br>27 de septiembre 2002 |
| Brasil      | <input checked="" type="checkbox"/> Firma el Protocolo Facultativo<br>13 de marzo 2007     | <input checked="" type="checkbox"/> Ratifica el Protocolo Facultativo<br>28 de junio 2002      |
| Chile       | <input checked="" type="checkbox"/> Firma el Protocolo Facultativo<br>10 de diciembre 1999 |  |
| Colombia    | <input checked="" type="checkbox"/> Firma el Protocolo Facultativo<br>12 de diciembre 1999 | <input checked="" type="checkbox"/> Ratifica el Protocolo Facultativo<br>23 de marzo 2007      |
| Costa Rica  | <input checked="" type="checkbox"/> Firma el Protocolo Facultativo<br>12 de diciembre 1999 | <input checked="" type="checkbox"/> Ratifica el Protocolo Facultativo<br>20 de septiembre 2007 |
| Cuba        | <input checked="" type="checkbox"/> Firma el Protocolo Facultativo<br>17 de marzo 2002     |  |
| Ecuador     | <input checked="" type="checkbox"/> Firma el Protocolo Facultativo<br>10 de diciembre 1999 | <input checked="" type="checkbox"/> Ratifica el Protocolo Facultativo<br>9 de febrero 2002     |
| El Salvador | <input checked="" type="checkbox"/> Firma el Protocolo Facultativo<br>4 de abril 2007      |  |
| Guatemala   | <input checked="" type="checkbox"/> Firma el Protocolo Facultativo<br>1 de noviembre 2002  | <input checked="" type="checkbox"/> Ratifica el Protocolo Facultativo<br>9 de marzo 2002       |

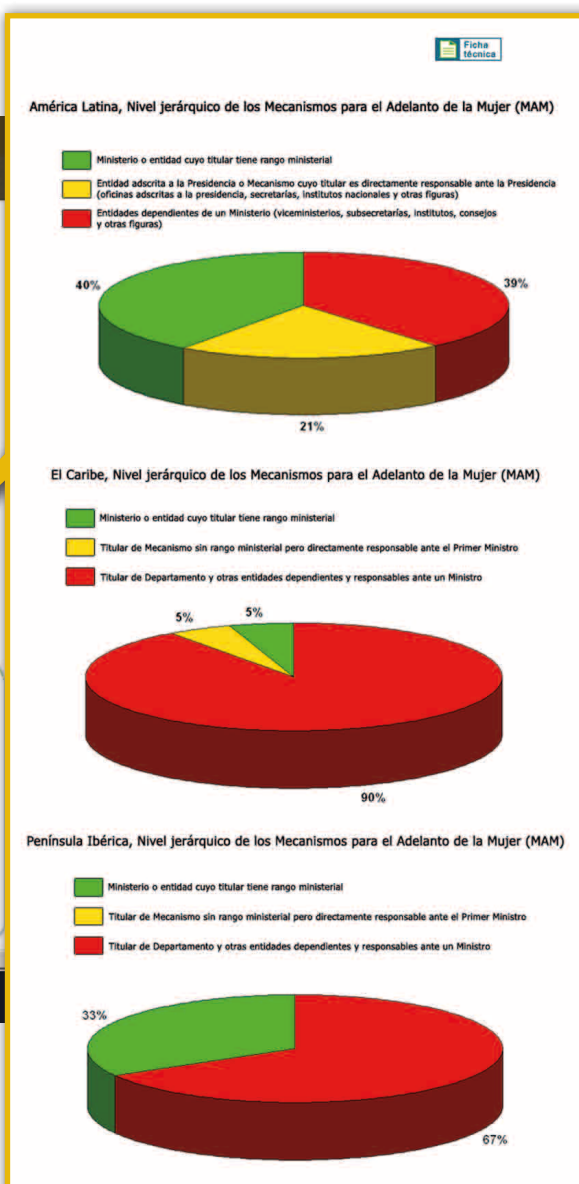
## **Nível hierárquico dos mecanismos para o avanço da mulher (MAM)**

O nível hierárquico dos mecanismos para o avanço da mulher constitui um indicador qualitativo que descreve o status que os países concederam formalmente a estes mecanismos mediante leis, decretos e outros atos oficiais. Esta classificação não contempla a disponibilidade dos recursos técnicos e orçamentários, nem reflete a influência real que os mecanismos têm sobre a tomada de decisões no governo ou seu peso na formulação global da agenda e das políticas públicas. Não obstante, oferece uma aproximação relativamente simples à importância formal que a igualdade de gênero alcançou em cada país.

Para estabelecer o nível hierárquico dos mecanismos foram definidos três níveis, de mais alto a mais baixo: i) mecanismos com nível institucional de ministério ou em que o nível da ou do titular é de ministra ou ministro com plena participação no gabinete, ii) mecanismos que dependem da presidência e cujos titulares não participam no gabinete (escritórios anexos à presidência, secretarias, institutos nacionais e outras instâncias, e iii) mecanismos que dependem de um ministério ou de uma autoridade de menor nível hierárquico (vice-ministérios, institutos, conselhos e outras instâncias).

O objetivo estratégico H.1 da Plataforma de Ação de Beijing fixado pelos Estados, estabelece o compromisso de “Criar, com base em um sólido compromisso político, um mecanismo nacional, quando não exista, e fortalecer, conforme proceda, os mecanismos nacionais existentes para o avanço da mulher nas instâncias mais altas possíveis de governo; o mecanismo deveria ter mandatos e atribuições claramente definidos; a disponibilidade de recursos suficientes e a capacidade e competência para influir em questões de políticas e formular e examinar a legislação seriam elementos decisivos; entre outras coisas, deveria realizar uma análise de políticas e executar funções de fomento, comunicação, coordenação e vigilância da aplicação”.

A 15 anos da Conferência Mundial sobre a Mulher, só oito países da região estabeleceram instituições de nível ministerial, cinco de segundo nível e sete de terceiro nível, o que além de mostrar o grau de avanço da institucionalidade de gênero permite visualizar também a posição do mecanismo dentro da estrutura de poder nos governos da região. No Caribe a maioria dos países tem instituições de baixa hierarquia.





## **VII. Indicadores de autonomia econômica**

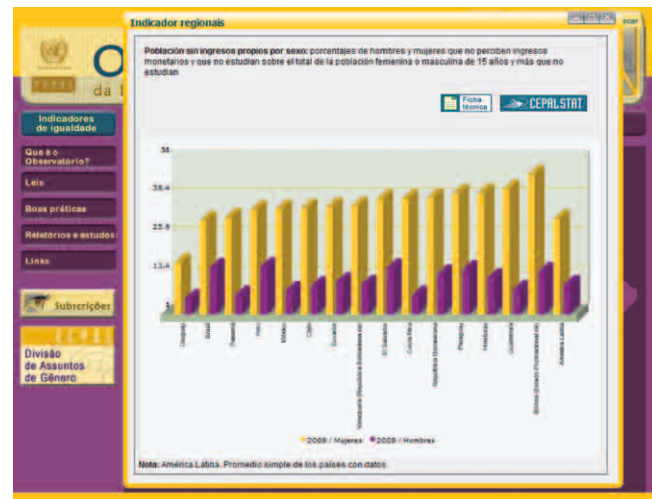
- **População sem renda própria por sexo**
- **Tempo total de trabalho**

## População sem renda própria por sexo

O indicador mede a proporção da população feminina (masculina) de 15 anos ou mais que não é receptora de renda monetária individual e que não estuda em relação ao total da população feminina (masculina) de 15 anos ou mais que não estuda. O resultado se expressa em porcentagens. O indicador se apresenta desagregado por grupos de idade e áreas de residência, e sua principal fonte de informação são as pesquisas de domicílios.

Ao mostrar a proporção de homens e mulheres que não têm fontes de renda própria (salários, pensões, remessas, rendas por negócios ou atividades produtivas) e considerando as brechas de gênero existentes, este indicador oferece uma aproximação à falta de autonomia econômica das mulheres, que ainda que exista em todos os estratos socioeconômicos, é significativamente mais acentuada nos estratos mais baixos e constitui um fator de vulnerabilidade<sup>7</sup>.

O indicador mostra as barreiras e dificuldades que enfrentam as mulheres para ter acesso à renda por meio de atividades remuneradas no mercado laboral, acesso à propriedade ou ao crédito e outros. As medições tradicionais de pobreza costumam utilizar a renda per capita do domicílio, o que supõe a repartição igualitária da renda nos domicílios, ocultando a falta de autonomia nas mulheres que não desempenham atividades remuneradas dada a sua dedicação exclusiva ao cuidado de crianças e de outros familiares dependentes.



O indicador proposto permite visualizar que a falta de renda própria das mulheres com frequência está associada à realização de tarefas reprodutivas sem remuneração dentro de casa, o que restringe o seu tempo e suas possibilidades de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que as tornam especialmente vulneráveis à pobreza em caso de rupturas familiares ou viuvez.

7. A renda dos indivíduos se obtém do somatório das seguintes fontes de renda: soldos, salários e ganhos dos trabalhadores independentes provenientes do mercado de trabalho, aposentadorias e pensões, transferências entre domicílios e provenientes do exterior, assim como compensações sociais concedidas pelo governo; também se consideram os investimentos a prazo fixo e a renda da propriedade, mais outras rendas recebidas.

---

### Ficha técnica: População sem renda própria

---

**Definição:** Porcentagem da população de homens e mulheres de 15 anos ou mais que não é receptora de renda monetária individual e que não estuda, em relação ao total da população feminina (masculina) de 15 anos ou mais que não estuda. O resultado se expressa em porcentagens. O indicador se apresenta desagregado por grupos de idade e áreas de residência.

---

**Unidade de medida:** Porcentagens.

---

#### Metodologia

**de cálculo:** **n:** Número de mulheres/homens sem renda própria, de 15 anos ou mais que não estudam, de idade e, urbana/rural

**N:** Número total de mulheres/homens de 15 anos ou mais que não estudam, de idade e, urbana/rural

**e:** 1 '15 a 24 anos'

2 '25 a 34 anos'

3 '35 a 44 anos'

4 '45 a 59 anos'

5 '60 y mas anos'

---

**Porcentagem:**  $P = (n/N) \cdot 100.$

---

**Fontes:** Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Série 2007: compreende as pesquisas de domicílios realizadas pelos países em 2007, com exceção das da Argentina, Chile, El Salvador, Guatemala e México, realizadas em 2006 e a da Nicarágua, realizada em 2005. Série 2008: compreende as pesquisas de domicílios realizadas pelos países em 2008, com exceção das pesquisas da Argentina, Chile, El Salvador, Guatemala e Honduras, realizadas em 2006 e as do Estado Plurinacional da Bolívia e Colômbia, realizadas em 2007.

---

## Tempo total de trabalho

Este indicador mostrará o número total de horas destinadas ao trabalho remunerado e ao doméstico não remunerado, desagregadas por sexo.

As pesquisas de uso do tempo são a ferramenta mais importante que se dispõe para medir a carga do trabalho não remunerado realizado diariamente nos países. Até a pouco tempo atrás o trabalho não remunerado –que por séculos foi realizado pelas mulheres– era um dado invisível nas sociedades e nas economias dos países.

Atualmente em vários países da América Latina e do Caribe se realizam pesquisas ou módulos de uso do tempo nas pesquisas de domicílios, que estão sistematizados pela Divisão de Assuntos de Gênero no documento “Tiempo total de trabajo (remunerado y no remunerado). Recopilación, experiencias encuestas uso del tiempo en los países.”, que se pode encontrar em informes e estudos na área de autonomia econômica do sítio<sup>8</sup>.

Um insumo importante para a construção deste indicador será no médio prazo, o classificador de atividades de uso do tempo para a América Latina e o Caribe (CAUTAL), uma ferramenta para o planejamento, processamento, apresentação e análise das pesquisas de uso do tempo que permitirá dispor dos conceitos e definições (metadados) necessários para o processamento de dados e a harmonização das pesquisas de uso do tempo na América Latina e no Caribe e fortalecer a comparação internacional<sup>9</sup>.

---

8. Veja [on-line] <http://www.cepal.org/oig/noticias/paginas/3/38403/TiempoTotalTrabajo.pdf>

9. Este instrumento em preparação constitui uma proposta realizada pelo Grupo de Estatísticas de Gênero da Conferência de Estatística das Américas.







## Bibliografia



## Bibliografía

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (2009), *Informe de la cuadragésima segunda reunión de la Mesa Directiva de la Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe* (LC/L.3027), Santiago do Chile, abril.

\_\_\_\_\_ (2008a), *Informe de la reunión técnica del Caribe sobre la creación del Observatorio de igualdad de género de América Latina y el Caribe* (LC/CAR/L.178), Santiago do Chile.

\_\_\_\_\_ (2008b), *Informe de la Secretaría sobre el proyecto del observatorio de género en América Latina y el Caribe* (LC/L.2936(CE.8/6)), Santiago do Chile.

\_\_\_\_\_ (2008c), *Informe de la reunión técnica de expertos en estadísticas de género para el análisis de los indicadores del Observatorio de igualdad de género de América Latina y el Caribe* (LC/L.2979(MDM.42/4)), Santiago de Chile.

\_\_\_\_\_ (2007a), *Objetivos de Desarrollo el Milenio. Informe 2006: Una mirada a la igualdad entre los sexos y la autonomía de la mujer en América Latina y el Caribe* (LC/G.2352), Santiago do Chile.

\_\_\_\_\_ (2007b), “Los desafíos del milenio ante la igualdad de género” (LC/R.2138), Santiago do Chile, março.

\_\_\_\_\_ (2007c), *Informe de la cuarta reunión de la Conferencia Estadística de las Américas, de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe* (LC/L.2795), Santiago do Chile, outubro.

\_\_\_\_\_ (2007d), *Informe de la décima Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe* (LC/G.2361(CRM.10/8), Santiago do Chile.

\_\_\_\_\_ (2006), *Guía de asistencia técnica para la producción y el uso de indicadores de género* (LC/R.2136), Santiago de Chile, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM)/Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), agosto.

Milosavljevic, Vivian (2007), “Estadísticas para la equidad de género: magnitudes y tendencias en América Latina”, *Cuadernos de la CEPAL*, Nº 92 (LC/G.2321-P), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Santiago do Chile. Publicação das Nações Unidas, Nº de venda: 06.II.G.132.

Nações Unidas (2006a), *Estudio a fondo sobre todas las formas de violencia contra la mujer. Informe del Secretario General* (A/61/122/Add.1), Nova York.

\_\_\_\_\_ (2005), *Objetivos de Desarrollo del Milenio: una mirada desde América Latina y el Caribe* (LC/G.2331), J.L. Machinea, A. Bárcena e A. León (coords.), Santiago de Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Publicação das Nações Unidas, Nº de venda: S.05.II.G.107.

\_\_\_\_\_ (1996), *Informe de la cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer, Beijing, 4 a 15 de setembro de 1995* (A/CONF.177/20/Rev.1), Nova York.

OPS (Organização Pan-Americana da Saúde) (2004) “Indicadores básicos para el análisis de la equidad de género en salud”, Washington, D.C., Unidad de Género, Etnia y Salud [on-line] <http://www.paho.org/Spanish/AD/GE/indicadoresbasicos.pdf>.

Villanueva, Rocío (2009), “Homicidio y feminicidio en el Perú 2008-2009”, apresentada na Reunión de buenas prácticas de políticas públicas para el Observatorio de igualdad de género de América Latina y el Caribe, Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 28 e 29 de setembro.



**A autonomia das mulheres na vida privada e pública é fundamental para garantir o exercício dos seus direitos humanos. A capacidade de gerar renda própria e controlar ativos e recursos (autonomia econômica), o controle sobre o seu corpo (autonomia física), e sua plena participação nas decisões que afetam as suas vidas e sua coletividade (autonomia na tomada de decisões) são os três pilares da igualdade de gênero e de uma cidadania igualitária.**

Divisão de Assuntos de Gênero  
Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, CEPAL  
Santiago do Chile, maio de 2010

[www.cepal.org/oig](http://www.cepal.org/oig)